



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**JULIANA KECIA DE MENEZES SANTOS**

**SINDIUTE E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA  
LUTA SINDICAL NO AVANÇO DE UMA EDUCAÇÃO DA CLASSE  
TRABALHADORA PARA A CLASSE TRABALHADORA**

**FORTALEZA**  
**2024**

JULIANA KECIA DE MENEZES SANTOS

SINDIUTE E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA LUTA  
SINDICAL NO AVANÇO DE UMA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA  
PARA A CLASSE TRABALHADORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S235s Santos, Juliana Kécia de Menezes.  
SINDIUTE E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: : a importância da luta sindical no avanço de uma  
educação da classe trabalhadora para a classe trabalhadora / Juliana Kécia de Menezes Santos. – 2024.  
77 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.

1. Sindiute. 2. educação pública. 3. classe trabalhadora.. I. Título.

CDD 370

---

JULIANA KECIA DE MENEZES SANTOS

SINDIUTE E A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA LUTA  
SINDICAL NO AVANÇO DE UMA EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA  
PARA A CLASSE TRABALHADORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior

Aprovada em: 28\_/05\_/2024\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antonia Rozimar Machado e Rocha  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Danusa Mendes Almeida  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A todos que, de alguma forma, me incentivaram, aos meus familiares e amigos(as).

## AGRADECIMENTOS

Sinto-me grata por ter finalizado esta pesquisa, bem como por ter conseguido concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica/profissional e pessoal. Cada passo dado nesse processo de escrita somente foi possível com a ajuda, a orientação e as conversas que eu tive com o meu orientador, Prof. Justino de Sousa Junior, a quem agradeço. Agradeço também às professoras Rozi Machado e Danusa Mendes, por terem trazido valiosas contribuições por ocasião da minha qualificação.

Reconheço a importância da Universidade Federal do Ceará (UFC) e, especificamente, da Faculdade de Educação (FACED) na formação acadêmica de boa parte do quadro de professores(as) da Rede de Educação Básica do Ceará. Sempre foi minha vontade desenvolver minha pesquisa de mestrado na linha “Trabalho e Educação” por considerá-la de vital relevância no processo de formação dos trabalhadores em educação, que almejam exercer suas funções de forma a contribuir para a conscientização crítica dos estudantes da classe trabalhadora. Por isso, sou grata pela realização desse objetivo.

Na esteira dos agradecimentos às instituições, congratulo-me com a CAPES e o CNPQ, por serem órgãos que exercem o papel de fomentar as pesquisas acadêmicas do país.

À minha família, que sempre me incentivou a estudar. Em memória, à minha mãe, Narcisa, maior motivadora da minha vida, que sempre acreditou que eu chegaria a uma formação acadêmica. Mãe, estou concluindo meu mestrado! Meu pai, João Bosco, que, mesmo distante, me dizia palavras de ânimo quando eu que me sentia incapaz. Aos meus amados irmãos, João Magno, pelos seus abraços pela manhã, Maria Jessica, pela sua confiança em mim, e João Wesley, por ser inspiração para mim. Às minhas tias e à minha avó, D. Dina. Amo vocês!

A toda a rede de apoio que tive na figura dos meus amigos e colegas de profissão, das minhas psicólogas antiga e atual (Elizabete e Cybelle) e das amigas antigas que acompanharam o começo dessa caminhada. Obrigada a todos por fazerem parte dessa conquista.

*"Todos nós somos parte de uma grande alma, de um grande coração, e nós devemos viver em união."*

Maxim Gorki, A Mãe (1906)

“É preciso mostrar aos alunos que o trabalho e a vida deles são parte do trabalho e da vida do país.”

Anto Makarenko

## RESUMO

A configuração atual do sistema de educação pública do Brasil apresenta características que, para além de falhas, denotam projetos com intento de anular qualquer êxito dos estudantes da escola pública. A escolha dessa temática deu-se com base em experiências vividas tanto na sala de aula quanto nas atividades do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Fortaleza (Sindiute). Esta pesquisa tem o objetivo central de analisar a concepção de educação definida por parte da equipe gestora do Sindiute. Para tanto, analisaremos a atuação do Sindiute no processo de mudanças pelo qual a educação nacional passou no período de 2016 a 2022, bem como demarcaremos quais ações e/ou posições políticas foram adotadas na afirmação dessa concepção de educação. Dessa forma, procederemos uma investigação teórica e documental (hemerográfica) da atuação e do posicionamento do Sindiute diante do processo de construção de propostas para a educação pública de qualidade voltada aos interesses da classe trabalhadora. Partimos da hipótese de que uma instituição organizada pelos trabalhadores da educação deve zelar pela realização de uma educação pautada tanto nos princípios já conquistados de uma educação pública, laica e gratuita quanto nos princípios que assegurem os direitos dos estudantes filhos da classe trabalhadora de acessarem uma educação pública de qualidade.

**Palavras-chave:** Sindiute; educação pública; classe trabalhadora.



## **ABSTRACT**

The current configuration of Brazil's public education system has characteristics that, in addition to being flawed, denote projects aimed at nullifying any success for public school students. This topic was chosen based on experiences in the classroom and in the activities of the Fortaleza Education Workers' Union (Sindiute). The central aim of this research is to analyze the concept of education defined by Sindiute's management team. In order to do so, we will analyze how the education workers' union (Sindiute) acted in the process of changes that national education went through between 2016 and 2022, as well as demarcating which actions and/or political positions were adopted in affirming this conception of education. We will therefore carry out a theoretical and documentary (hemerographic) investigation of Sindiute's actions and position in the process of building proposals for quality public education geared towards the interests of the working class. We start from the hypothesis that an institution organized by education workers must ensure that education is based both on the principles of public, secular and free education that have already been achieved and on the principles of education that promotes the right of students who are children of the working class to access quality public education.

**Keywords:** Sindiute; public education; working class.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2 UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA A CLASSE TRABALHADORA .....</b>                 | <b>16</b> |
| <b>3 A LUTA POLÍTICA DO SINDIUTE NO SEU PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO.....</b>         | <b>23</b> |
| <b>3.1 Contexto nacional das lutas dos trabalhadores em educação .....</b>          | <b>24</b> |
| <b>3.1.1 O cenário brasileiro do fim da ditadura .....</b>                          | <b>24</b> |
| <b>3.1.2 O surgimento do novo sindicalismo e dos sindicatos da educação .....</b>   | <b>25</b> |
| <b>3.2 Construção do Sindiute .....</b>   | <b>32</b> |
| <b>4 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO À LUZ DOS DOCUMENTOS .....</b>               | <b>37</b> |
| <b>4.1 Concepção de sociedade à luz dos documentos .....</b>                        | <b>43</b> |
| <b>4.2 Concepção de educação à luz dos documentos.....</b>                          | <b>46</b> |
| <b>4.3 As resoluções do Congresso Municipal do Sindiute em 2022.....</b>            | <b>48</b> |
| <b>4.4 Concepção de sociedade a partir da fala de integrantes do Sindiute .....</b> | <b>55</b> |
| <b>4.5 Concepção de educação a partir da fala de integrantes do Sindiute.....</b>   | <b>62</b> |
| <b>4.6 Educação de qualidade e Sindiute a partir das entrevistas.....</b>           | <b>65</b> |
| <b>5 CONCLUSÃO .....</b>  | <b>75</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>77</b> |
| <b>APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS INTEGRANTES DO SINDIUTE.....</b> | <b>80</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro é marcado por desafios estruturais e históricos que refletem as desigualdades sociais e econômicas do país. Uma das questões persistentes refere-se à qualidade do ensino, à infraestrutura inadequada, à formação e à valorização dos professores e à disparidade no acesso à educação de qualidade entre diferentes regiões e grupos sociais. Além disso, a educação brasileira enfrenta o desafio de garantir a permanência e o bom desempenho dos estudantes em um cenário de alta evasão escolar, principalmente no ensino médio. Para reverter esse quadro, é fundamental repensar o sistema educacional, valorizando o papel dos professores, fortalecendo o financiamento público e promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e capaz de proporcionar aos estudantes uma consciência crítica sobre a realidade social na qual estão inseridos.

De acordo com Saviani (2008), a melhoria da educação brasileira depende da atuação coordenada e eficaz de diversas instituições que podem exercer influência direta sobre o sistema educacional. Entre essas instituições, o Estado ocupa um papel central, pois é o principal responsável por formular e implementar políticas educacionais que garantam o acesso, a permanência e a qualidade do ensino. Para Saviani, é fundamental que o Estado cumpra seu papel de garantir o direito à educação por meio de políticas de financiamento, formação de professores e desenvolvimento de currículos que atendam às necessidades da sociedade brasileira. Nesse sentido, o autor destaca que a intervenção estatal deve ser orientada por uma perspectiva democrática e inclusiva, assegurando que a educação seja um direito universal e não um privilégio de poucos (Saviani, 2008)

Além do Estado, Saviani (2008) enfatiza a importância da participação de outras instituições, como as universidades, os sindicatos de trabalhadores da educação e os movimentos sociais, na busca por uma educação de qualidade. As universidades têm o papel de formar profissionais qualificados e de desenvolver pesquisas que subsidiem as práticas pedagógicas e as políticas públicas, enquanto os sindicatos e os movimentos sociais atuam como agentes de pressão e mobilização para a defesa dos interesses dos trabalhadores e da comunidade escolar. Para Saviani (2008), a articulação dessas instituições é crucial para a construção de um projeto educacional comprometido com a transformação social e com a democratização do acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, interessa-nos essa abordagem na medida em que entendemos que a educação escolar está inserida em uma estrutura social que exerce determinações sobre o andamento da escola. Temos o interesse de perscrutar se, nesse meandro, há concepções de

sociedade e de educação definidas. Para o exame das questões apontadas, elegemos como objetivo geral a análise da existência de uma concepção de educação definida por parte do Sindiute enquanto instituição e das ações e/ou decisões que foram tomadas na defesa de uma educação pública de qualidade. Para tanto, analisaremos a atuação do Sindiute no processo de mudanças pelo qual a educação nacional passou no período de 2016 a 2022. Por fim, elegemos os seguintes objetivos específicos: verificar o processo histórico de criação do Sindiute; verificar se há ou não uma concepção de sociedade norteando as ações do sindicato; e examinar se, nas formulações sindicais, há uma definição clara de um ideal de educação pública.

Esta pesquisa configura-se como bibliográfica e documental, dada a intenção de analisar o arcabouço das teorias marxistas sobre as determinações sócio-históricas na compreensão do papel político dos trabalhadores da educação, a respeito de sua função social e política junto ao desenvolvimento da qualidade das escolas públicas. Para tanto, realizamos uma investigação documental por meio dos sítios eletrônicos do Sindiute, a fim de verificar, em seus arquivos, as movimentações concretizadas em favor de uma educação pública entendida como política voltada ao aprendizado da classe trabalhadora.

Outras fontes de pesquisa foram materiais que abordam essa temática, como livros e artigos acadêmicos, e registros do Sindiute. Ressaltamos que, no decorrer da pesquisa, vimos a necessidade de coletar dados que não constavam nos documentos do Sindiute. Dessa forma, lançamos mão da técnica de entrevistas no intuito de aproximarmos-nos da dinâmica e do contexto do sindicato em questão.

A entrevista semiestruturada foi realizada com representantes do sindicato em exercício no período da entrevista (abril e julho de 2024) na direção do Sindiute. Diante da realidade apresentada pelo Sindiute, optamos por utilizar esse método de entrevista, dado que identificamos pessoas que poderiam nos fornecer informações relevantes sobre a dinâmica atual do sindicato no que se refere ao contexto da educação pública. Compreendemos que, no contexto de uma pesquisa qualitativa, em que se pretende capturar as marcas e as impressões subjetivas dos entrevistados, esse tipo de entrevista, por permitir a abertura de espaço fora do planejado, é o que corresponde de forma mais adequada aos nossos objetivos. O roteiro aplicado foi elaborado com questões abertas visando que o entrevistado deixasse suas impressões acerca das atividades realizadas no sindicato.

Sobre o recorte temporal escolhido para nossa análise, o período entre 2016 e 2022 abrange uma expressiva movimentação política ocorrida no cenário nacional, em que forças de centro-direita e da extrema direita, com participação de setores da comunicação, do

judiciário e das instituições governamentais uniram-se com o objetivo de destituir a então Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, seguido de uma sequência de muitos retrocessos. Entre eles, a aprovação da EC 95/2016<sup>1</sup>, um retrocesso amargo à classe trabalhadora, que limita por 20 anos os gastos públicos, prejudicando, especialmente, os investimentos públicos em educação e saúde.

O governo de Jair Bolsonaro subsequente ao de Michel Temer (vice-presidente) também mostrou-se importante para este trabalho, considerando que os ataques à educação atingiram aspectos para além do financeiro, instituindo barreiras ideológicas, como no caso de valorizar o modelo militar de escola em detrimento de uma educação laica.

A estrutura teórica escolhida para fundamentar esta pesquisa parte das premissas das análises marxistas e marxiana. Desenvolveremos nossos questionamentos com base na teoria do materialismo histórico, uma vez que as categorias e os conceitos adotados pertencem ao acervo teórico fundamentalmente desenvolvido por Marx e Engels. Entendemos que a abordagem do método dialético de Marx é a mais adequada para o progresso das análises, pois procuramos considerar a articulação das determinações das ações dos sujeitos do processo com as determinações da racionalidade objetiva, que surge dos processos contínuos da realidade.

Segundo Netto (2011, p. 18),

[...] Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais.

Com base nisso, pretendemos perspectivar nossas análises considerando as determinações sócio-históricas e compreendendo o papel do Sindiute na garantia de uma educação fundamentada na concepção pedagógica histórico-crítica.

Assim, procederemos com as análises visando avançar para além das aparências dos fenômenos, ou seja, concentraremos nossos estudos na direção da concreticidade dos processos sociais dos sujeitos implicados na pesquisa. As referências bibliográficas, bem como a perspectiva teórica marxiana escolhida para nortear este trabalho, devem-se ao nosso entendimento de que há uma alternativa de superação do sistema político-econômico que rege as relações sociais, especialmente no campo da educação, para um sistema regido pela

---

1 EC 95/2016: Emenda Constitucional conhecida como “PEC da morte”, devido ao teor que estabelece um limite de gastos públicos com educação e saúde. Com ela, os investimentos em políticas sociais ficaram vinculados ao crescimento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que, na prática, é insuficiente para contemplar o crescimento da população.

valorização da classe trabalhadora (proletária).

A escolha dessa temática deu-se com base em experiências vividas tanto em sala de aula quanto nas atividades do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Fortaleza (Sindiute). A atividade exercida na sala de aula de uma escola pública é caracterizada por muitas dificuldades, desde a precariedade da estrutura física escolar até as demandas específicas de um alunado que enfrenta os problemas da desigualdade social (falta de moradia, insegurança alimentar, violência, drogadição). Nessas condições, o ofício dos(as) professores(as) apresenta desafios especificamente no que se refere ao processo de aprendizagem, isto é, o desenvolvimento do ensino fica prejudicado. Além disso, há o fato de que esse cenário é causador de muita insatisfação por parte dos docentes. Nota-se, então, que, a despeito das discussões que se estabelecem no campo acadêmico e das políticas públicas implementadas, a realidade da escola pública encontra-se em condições precárias.

No decorrer das experiências em sala de aula, pudemos participar de forma paralela das atividades sindicais como representante sindical da escola, como paralisações pelo piso salarial, plenária para votação de alteração estatutária e reuniões mensais de formação política. Dessa forma, apropriamo-nos de algumas questões centrais do Sindiute, bem como da dinâmica do trabalho sindical. Com base nessas experiências, foi surgindo o interesse pela pesquisa acerca da participação do sindicato no processo de instituição das políticas para a educação pública.

Meu trabalho de conclusão de curso da graduação em Pedagogia, com o título *A formação humana emancipatória por meio da educação escolar*, realizou uma abordagem teórica de questões acerca da função social da escola, considerando, de forma determinante, o viés da emancipação humana no âmbito da educação formal. Nesse íterim, nossa preocupação fundamentava-se em analisar o papel da escola na formação de um indivíduo capaz de desenvolver uma consciência crítica a respeito de sua realidade. Dito isso, afirmamos que nosso interesse fundamental e constante é realizar uma pesquisa que proporcione à educação pública reflexões sobre a sua função social enquanto lugar que precisa ser apropriado pela classe trabalhadora.

Este estudo estrutura-se em seis seções. Seção 1 – Introdução. Na seção 2 – *Uma educação de qualidade para a classe trabalhadora*. Na seção 3 – *A luta política do Sindiute no processo de autoconstrução*, apontaremos os marcos históricos mais relevantes da construção do Sindiute, destacando sua luta para se configurar como representante dos trabalhadores em educação do município de Fortaleza. Na seção 4 – *Concepção de sociedade e educação à luz dos documentos e entrevistas*, verificaremos a existência, ou não, das

concepções de sociedade e de educação definidas pelo sindicato no período demarcado pela pesquisa. Por fim, à guisa de arremate, deixaremos nossas considerações finais.

## 2 UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA A CLASSE TRABALHADORA

A configuração atual do sistema de educação pública do Brasil apresenta características que, para além de falhas, denotam projetos com intento de anular qualquer êxito dos estudantes da escola pública. Darcy Ribeiro<sup>2</sup>, por ocasião de sua fala no Simpósio sobre Ensino Público, na 29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977, afirmou: “Em consequência, a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (Ribeiro, 1986, p. 20).

Se considerarmos o histórico de Darcy Ribeiro, marcado por suas posições neoliberais em virtude da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394 de 1996 (LDB), perceberemos que a questão da qualidade da educação<sup>3</sup> representa, de certa forma, um consenso entre o grupo dos que lutam pelo estabelecimento de uma política educacional voltada à questão, defendida por Saviani (1984), de que o processo educativo institucional deve estar direcionado ao desenvolvimento da conscientização crítica e os que de outra forma concordam com a política de uma educação que forma contingentes aptos tecnicamente para o mercado de trabalho. Sem, no entanto, significar que as ações do grupo a favor do neoliberalismo produzirão políticas que visem o desenvolvimento da classe trabalhadora. Ou seja, a discussão em volta do problema da qualidade da educação é entendida como primordial.

Dessa forma, confirma-se o contexto de precariedade no que se refere ao

---

2 A fala referida no texto constata a existência de uma percepção ampla a respeito da situação do sistema educacional do Brasil. Darcy afirma que a educação apresenta falhas por ser um programa preconcebido. Ressaltamos que tal fala não o isenta da responsabilidade de ter se colocado, por ocasião da aprovação final da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394 de 1996, a favor do projeto neoliberal na educação, ao indicar que a educação poderia aceitar a entrada das parcerias público-privadas como forma de complementar os recursos. Outro ponto era que ele valorizava a inclusão da educação técnica e profissional, além de uma certa flexibilização curricular, para melhor adaptação aos interesses do mercado. O projeto final – assinado por Darcy Ribeiro – nega todos os avanços que trazia outro texto, o qual era debatido no Congresso desde 1993 e, antes disso, fora dele.

3 Ao longo do trabalho, toma-se o conceito de qualidade no sentido de uma qualidade plena à educação pública que proporcione à classe trabalhadora o acesso ao conhecimento construído pela cultura humana. Dessa forma, afastamo-nos da ideia de qualidade defendida nos indicadores formulados para efeito das avaliações educacionais externas e em larga escala. O termo “qualidade da educação” é um conceito abordado em documentos de organismos internacionais, os quais estabelecem diretrizes e objetivos na direção do que eles denominam como uma educação de qualidade. O Relatório de Monitoramento Global da Educação (GEM Report) da UNESCO é uma série de relatórios anuais que avaliam o progresso na realização dos objetivos globais de educação. Ele fornece uma análise detalhada de várias dimensões da qualidade da educação e oferece recomendações políticas. No entanto, há críticas a esse modelo de qualidade da educação. Saviani (1984) argumenta que a ênfase na “qualidade da educação” nos documentos oficiais, frequentemente, está alinhada com uma agenda neoliberal, que promove a eficiência e a competitividade. Para Saviani (1984), as políticas surgidas dessa concepção de qualidade tendem a valorizar o desempenho medido por testes padronizados, sem considerar as desigualdades socioeconômicas que afetam o desempenho dos estudantes.



aprendizado escolar dos estudantes da educação básica pública. No Brasil, ela é precarizada na ponta, pois apresenta ações deliberadas com o objetivo de manter cada classe social em seu devido lugar. Dessa forma, as mudanças nas leis e diretrizes são realizadas com a intenção de garantir a prevalência de um *status quo* em que uma classe explora e exerce prioridade sobre a outra.

A construção das políticas educacionais, considerando um regime de governo minimamente democrático, acontece com a participação de diferentes setores da sociedade. Contudo, nos momentos de discussão nas casas legislativas, sua estrutura final desenha-se. Nesse momento, interesses de ordem política e econômica incidem na configuração final das leis e diretrizes. Esse processo desenvolve-se acompanhado de muitos embates ideológicos, entre forças políticas que disputam o fundo público e a direção da educação do país.

A educação brasileira sempre foi discutida por autores acadêmicos, pela classe política, pelos movimentos sociais e pela sociedade civil em geral. Muitos desses sujeitos, ao discorrer sobre o tema, desenvolvem pesquisas que demonstram as causas e consequências e/ou apresentam soluções. No entanto, a despeito das discussões e de outras ações como as implementadas nas políticas públicas, a realidade escolar no país apresenta-se permanentemente como um setor que necessita de transformações em vários aspectos. Com isso, enfatizamos que as mudanças verdadeiras no âmbito da educação ocorrem, fundamentalmente, por meio de um movimento de luta organizado pela classe trabalhadora.

A situação atual da educação brasileira ainda mantém um problema que podemos chamar de histórico: a maioria da população brasileira não tem acesso real ao conhecimento das ciências tanto do mundo natural quanto do social. Essa realidade traz consequências negativas importantes para um povo que almeja consolidar-se como soberano política e economicamente e alcançar uma vida com seus direitos coletivos e individuais garantidos.

Para Freitas (2007, p. 967),

Boa parte dos problemas que estamos enfrentando com a educação básica nacional advém do próprio formato ideológico do projeto liberal hegemônico, agora “sob nova direção”<sup>4</sup>: ele reduz qualidade a acesso – supostamente como uma primeira etapa da universalização. Mas, antes de ser uma etapa em direção à qualidade plena da escola pública, é um limite ideológico, como bem aponta Alavarse (2007). Os liberais [...] falam de igualdade de oportunidades, não de resultados.

O autor afirma que, apesar da defesa da qualidade educacional, o formato ideológico do projeto liberal hegemônico ainda prevalece, principalmente sob o aspecto da meritocracia, de forma que a exclusão continua existindo no que diz respeito à igualdade de

---

4 O autor refere-se ao governo de Lula, que, em 2003, sucedeu ao mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

resultados.

Freitas (2007) desenvolve uma abordagem na direção de apontar o prejuízo causado pelo sistema de “responsabilização” das instituições escolares pelos resultados da qualidade educacional. De acordo com ele, as escolas, quando estão sob esse tipo de sistema avaliativo, tendem a empenhar esforços para que os resultados do desempenho escolar dos alunos sejam satisfatórios, denotando que estariam exercendo seu papel. Porém, há, em certa medida, uma manipulação desses resultados, pois existe um foco maior nas notas e metas, bem como um movimento de exclusão dos alunos ditos mais “fracos”, o que pode acentuar as desigualdades educacional e social.

A respeito da perspectiva das políticas de responsabilização que valorizam a prestação de contas e as pressões externas sobre as escolas, julgamos necessário destacar a questão das avaliações externas como instrumento de análise da qualidade da educação pública.

Mensurar a aprendizagem dos estudantes é um dos assuntos mais debatidos na área acadêmica da educação. Estudos<sup>5</sup> demonstram a incapacidade das avaliações externas de gerar resultados promissores à educação básica pública. Dessa maneira, existem análises que criticam a realização dessas avaliações e apontam os prejuízos ocasionados aos alunos por esse modo de avaliar. Segundo eles, os resultados não refletem a realidade da qualidade da educação brasileira, pois priorizam aspectos relativos a questões que se distanciam dos reais motivos do fracasso escolar dos estudantes da escola pública.

Uma das questões muito abordadas é a do Estado-avaliador, que, além de trazer suas características neoliberais no gerenciamento das políticas, assume as premissas do sistema de *accountability*, que valoriza a responsabilização por resultados. Nos termos desse sistema, a educação é entendida como instrumento para “aumentar a produtividade e competitividade das empresas” (França, 2019, p. 56).

A história da educação brasileira, como em regra acontece, está inserida no contexto da luta de classes. Isso permite entender que o acesso ao conhecimento científico é oferecido de maneira seletiva: às classes dominantes e às camadas médias, são disponibilizados saberes escolares de qualidade questionável; às classes trabalhadoras, são oferecidos saberes escolares de forma difusa e precária, de acordo com sua posição na hierarquia da divisão social do trabalho.

---

<sup>5</sup> Ravitch (2010) afirma que essas avaliações não melhoram a qualidade da educação. Para a autora, a ênfase em testes padronizados leva à superficialidade no ensino e à exclusão de disciplinas não testadas. Além disso, Saviani (1984) critica as avaliações padronizadas por não levarem em conta as desigualdades sociais que afetam o desempenho dos estudantes. O autor argumenta que essas avaliações tendem a reforçar a exclusão social em vez de promover uma educação equitativa.

Diante do exposto, é possível partir do entendimento de que a educação brasileira foi fundamentada com base nas implicações dessa desigualdade, a qual determina o caráter da dinâmica escolar e, mais especificamente, interfere na qualidade do aprendizado escolar.

A qualidade a que se refere diz respeito ao direito que os estudantes da rede pública têm de apreender o conhecimento engendrado pela cultura humana. Para referenciar a concepção de educação considerada como ideal para a classe trabalhadora, utilizaremos como aporte teórico as elaborações do autor Dermeval Saviani, que se dedicou, em boa parte da sua trajetória acadêmica, em estudar e construir uma concepção de educação que promovesse, entre os alunos da classe trabalhadora, a oportunidade de acessar e obter o conhecimento construído pela cultura humana.

Saviani (1943), desenvolve estudos e teses em defesa de uma pedagogia que contemple de forma integral e sistematizada o aprendizado dos filhos da classe trabalhadora. A essa pedagogia, o autor convencionou chamar de Pedagogia Histórico-Crítica.

A Pedagogia Histórico-Crítica, elaborada pelo autor e pela equipe de pessoas que o acompanham em sua trajetória acadêmica e social, desenvolve uma abordagem que defende uma mediação baseada na responsabilidade de garantir que os filhos da classe trabalhadora tenham o direito de receber uma formação escolar propedêutica e que considere as determinações socioculturais e econômicas da realidade dessa classe.

Para Saviani, a precarização da escola pública brasileira foi potencializada pelo advento dos preceitos do movimento escolanovista, que, em meados do século XIX, contrapôs, à pedagogia tradicional, a pedagogia nova, fragilizando, segundo o autor, especificamente o processo de ensino e aprendizagem ao diminuir a importância da mediação do professor(a) nesse processo.

Compreende-se, então, que essa maneira de entender a educação, por referência à pedagogia tradicional, tenha deslocado o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não-diretividade; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender (Saviani, 2008 p. 8).

Segundo Saviani (2008), a consequência dessas mudanças no sistema de ensino atingiu diretamente a rede pública de ensino, tornando a metodologia das aulas mais

flexibilizada a ponto de negar a contribuição indispensável da mediação do(a) professor(a) no desenvolvimento do aprendizado dos estudantes. É certo que, dessa forma, aqueles alunos que tinham acesso à escola ficaram expostos a uma educação limitada que, no máximo, lhes permitiria ocupar uma vaga de emprego nos moldes da expropriação do trabalho humano. Isso sem considerar a grande quantidade de alunos excluída do processo educativo formal.

Em concordância com esse aspecto da concepção pedagógica histórico-crítica, entendemos que as leis e diretrizes que tratam do processo educativo devem fomentar o desenvolvimento de uma escola que garanta, ao alunado do ensino público, o direito de acessar os conhecimentos de forma a se apropriar do arcabouço científico que fundamenta a produção da vida humana, para, então, exercer uma força capaz de enfrentar o sistema econômico capitalista e transcender ao trabalho alienado.

Nessa esteira, abordamos o tema central partindo da premissa de que o ensino público deve ser pautado nas demandas da classe trabalhadora sobre o que deve ser importante ou dispensável na transformação da educação pública. Assim, entendemos que a luta política a ser defendida é a que valoriza o aprendizado para os estudantes da educação pública nos termos apresentados anteriormente.

Afinal, tem-se um Estado que assume conceitos pautados no interesse da classe burguesa acerca do processo educativo nacional, como no caso em que o estudante precisa aprender determinadas “competências e habilidades”<sup>6</sup> para estar apto à exploração do mercado de trabalho.

A investigação teórica e documental (hemerográfica) da atuação e do posicionamento do Sindicato União dos Trabalhadores em Educação de Fortaleza (Sindiute) diante do processo de construção de propostas para a educação pública de qualidade dá-se com o interesse de responder como têm se estruturado as lutas desse sindicato. Elaboramos alguns questionamentos: como ele tem enfrentado os embates da educação? Quais são suas pautas mais importantes? Nas suas lutas, há uma concepção de educação? Qual seria?

Desse modo, entendemos que uma instituição organizada pelos trabalhadores da

---

<sup>6</sup> Esses conceitos foram introduzidos na BNCC para nortear as práticas pedagógicas a serem adotadas no sistema escolar brasileiro. A ideia de desenvolver competências e habilidades nos estudantes aparece acompanhada de um conjunto de orientações educacionais vindas, principalmente, dos Estados Unidos. Podemos citar autores como Delors (2006), que apresenta os quatro pilares da educação (Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver, Aprender a ser). Outra abordagem é a da educação baseada em resoluções de problemas (*Problem-Based Learning – PBL*), que defende que a aprendizagem acontece de forma mais efetiva com base na resolução de problemas. Um dos autores que mais defende a ideia das competências é Philippe Perrenoud, que apresenta dez competências a serem desenvolvidas no processo de escolarização. Para Marise Nogueira Ramos, um entrave significativo dessa pedagogia para os trabalhadores é que a formação escolar deve valorizar a profissionalização individual sem considerar os condicionantes da relação social que se dá no âmbito do trabalho (Boschetti, 2014).

educação deve zelar pela construção de uma concepção de educação pautada tanto nos princípios já conquistados de uma educação pública, laica e gratuita quanto na garantia de um direito fundamental: o acesso dos estudantes da rede pública básica a um ensino de qualidade. Desse modo, compreendemos que existe uma responsabilidade inerente às lutas sindicais do campo educacional para contemplar as demandas por uma educação em melhores condições para os filhos da classe trabalhadora. No entanto, entendemos que a correlação de forças existentes nesse processo pode influenciar a tomada de decisões políticas e econômicas.

O processo de decisão e formulação dos documentos oficiais e da legislação educacional conta com a participação decisiva das instituições oficiais do Estado e com a pressão de órgãos ligados ao empresariado, de modo que, na maioria das vezes, a despeito das lutas e mobilizações realizadas pelos setores da organização política progressista, prevalece a força do braço político empresarial com seus *lobbies*<sup>7</sup>. No entanto, um embate político estabelece-se entre grupos que defendem a interferência dos interesses empresariais na educação e aqueles que lutam por uma educação fundamentada em uma aprendizagem comprometida com as demandas da classe trabalhadora, a qual se encontra, muitas vezes, prejudicadas com as decisões impostas pelas ideias hegemônicas da classe dominante.

De acordo com Gramsci (2017), a classe dominante exerce um poder hegemônico no campo das ideias sobre a sociedade civil, formando consensos.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (Gramsci, 2017. p. 101)

Ainda que haja um certo esforço dos movimentos sociais voltados para a educação, as decisões finais ficam a critério das Casas Legislativas e da sanção do Poder Executivo, que, em tese, também representam as classes trabalhadoras, mas põem os interesses da classe dominante como prioridade.

A disputa que envolve as decisões finais das políticas educacionais é acirrada, pois a pasta da educação é uma das maiores do governo, o que implica um grande repasse

7 Processo pelo qual os indivíduos ou grupos interessados em ações públicas buscam participar do processo estatal de tomada de decisões. Disponível em: [https://evc.camara.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/04/o\\_que\\_e\\_lobby.pdf](https://evc.camara.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/04/o_que_e_lobby.pdf). Acesso em: 5 jun. 2024.

de recursos financeiros, bem como desperta o interesse daqueles que lutam politicamente por uma educação de qualidade para a classe trabalhadora. Assim, há muitos grupos, como os setores da sociedade civil, que se interessam em ditar os rumos da educação. Esses grupos de interesses podem ser ideológicos e/ou econômico-financeiros, entre os quais estão o empresariado, o capital financeiro, os partidos políticos, as classes sociais, a sociedade civil, as igrejas, os movimentos sociais e os sindicatos da educação.

Um exemplo recente é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada e em vigor desde 2018. O documento passou por um processo de revisão e reformulação em alguns pontos, com a participação de setores fora do poder público. Durante esse processo, ocorreram eventos consultivos que incluíram a contribuição de representantes de instituições da educação básica e do ensino superior. Esse processo foi liderado pelo Ministério da Educação em parceria com o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) e a União do Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Portanto, consultaram-se professores, escolas, secretarias e a sociedade em geral.

Até sua versão final, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou por discussões em seminários estaduais e audiências públicas. No entanto, durante a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>8</sup>, três conselheiras (Malvina Tania Tuttman, Aurina de Oliveira Santana e Márcia Ângela da Silva Aguiar)<sup>9</sup> não aprovaram o documento. Elas apontaram falhas no cronograma das discussões e destacaram a existência de um processo verticalizado, influenciado pelo MEC. As conselheiras também solicitaram vistas, já que o Ensino Médio não estava incluído na terceira versão do documento. Assim, apesar de certa participação da sociedade e dos apontamentos de equívocos, a BNCC aprovada não contemplou plenamente a qualidade da educação pública, bem como prejudicou a qualidade da educação pública, refletindo a prevalência de interesses do mercado neoliberal.

---

8 Tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cne>. Acesso em: 25 mar. 2024.

9 Conselheiras da Comissão Bicameral constituída pelo CNE para dar início ao processo de discussão sobre o tema da Base Nacional Comum Curricular. A conselheira Márcia Ângela da Silva Aguiar foi eleita como presidente dessa comissão pelos demais componentes da Comissão Bicameral.

### 3 A LUTA POLÍTICA DO SINDIUTE NO SEU PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO

Nesta seção, desenvolveremos a descrição da história de construção do Sindiute. Para tanto, analisaremos os marcos históricos sucedidos no âmbito nacional e sua repercussão no município de Fortaleza, objetivando descrever alguns aspectos das lutas em defesa da educação pública na década de 1980, por professores que faziam oposição à APEOC, e na década de 1990, pelo Sindiute. Faremos, ainda, um mapeamento da estrutura organizacional da gestão em exercício, bem como abordaremos um dos programas de formação política e sindical da base. O programa ao qual nos referimos é o de formação da representação sindical oferecido ao quadro de trabalhadores em educação filiados ao Sindiute organizado pela gestão em exercício (2024).

A investigação desses movimentos políticos e sociais ocorridos na história da educação pública deve-se à importância que eles representam no desenvolvimento desta pesquisa, que procura entender o propósito do Sindiute na busca de uma educação pública de qualidade. Com isso, pretendemos apresentar um panorama histórico-político do período de constituição do Sindiute.

O contexto específico das lutas sindicais foi caracterizado por muitas lutas travadas no campo político durante a redemocratização do país. Trata-se do movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”, em que ocorreram mobilizações dos trabalhadores por maior reconhecimento do trabalho, principalmente por meio do direito de sindicalização, do aumento do salário e de melhores condições de trabalho. Nesse período, houve também uma pauta entendida como central acerca da denominação dos profissionais da educação, de modo que eles fossem identificados como trabalhadores(as) assalariados(as), no intuito de unificar todos os trabalhadores em educação.

A luta política em defesa da escola pública no Brasil encontrou circunstâncias favoráveis no período de enfraquecimento da ditadura empresarial-militar nas décadas finais do século XX. Os movimentos que envolveram parte da sociedade, principalmente da classe política e da intelectualidade acadêmica, ocorreram centralmente no estado de São Paulo.

A discussão sobre a defesa da educação universal girava em torno de alguns fatores principais. Segundo Braga (2019, p. 426), “a universalização da educação escolar básica, a superação do analfabetismo e a reforma da universidade brasileira”. É interessante destacar que, por características do próprio processo<sup>10</sup>, houve espaço para a colocação de

---

10 O processo de mudança política em que os trabalhadores sentiram-se impelidos a responder aos ataques

Florestan Fernandes, que sugeriu a inserção dos sindicatos operários na defesa de uma educação pública de qualidade.

Um exemplo que pode ilustrar a abrangência do horizonte político da atuação de Florestan Fernandes no movimento foi o esforço em incorporar os sindicatos operários na luta em defesa da educação pública durante a realização das I e II Convenções Operárias em Defesa da Escola Pública, ocorridas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre os anos de 1960 e 1961 (Cunha & Góes, 2002 *apud* Braga, 2019, p. 58).

### 3.1 Contexto nacional das lutas dos trabalhadores em educação

As lutas pela educação pública na década de 1980 desempenharam um papel central ao trazer importantes transformações para o cenário educacional brasileiro. Os principais movimentos desse período impulsionaram o surgimento de uma nova configuração sindical. Com o movimento do “Novo Sindicalismo”, os sindicatos tiveram participação fundamental no processo de mudanças ocorridas no âmbito das organizações sindicais.

Esse período de lutas trabalhistas foi marcado por embates ideológicos que resultaram na formação de grupos de oposição dentro da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). A CPB, por sua vez, frequentemente adotava posições políticas de conformismo e concordância com as decisões de governo ditatorial, em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Esse contexto destacou a retomada das jornadas de luta da classe trabalhadora. Para Pereira (2021),

essas mudanças específicas que se produziram no seio da categoria docente estavam coadunadas com o processo de transformações mais gerais que atingira as chamadas camadas médias assalariadas, que, inexoravelmente, haveriam de perder o verniz oferecido por sua camuflagem liberal. (Pereira, 2021, p. 71)

No decurso dessas divergências, a conjuntura política do país passava por um processo de mudança, no qual a força política da ditadura militar se enfraquecia, ao passo que os trabalhadores começavam a acreditar no poder de sua organização política. No período dos governos militares, os sindicatos mantiveram características corporativistas herdadas desde o Período Vargas. Com Vargas e durante a ditadura empresarial-militar:

O Estado buscou intervir e disciplinar a força de trabalho e suas formas de organização autônoma. Foi criada uma estrutura sindical de caráter corporativo, cujo escopo era a colaboração entre capital e trabalho, voltada essencialmente aos trabalhadores do setor privado. A sindicalização e o direito de greve para os empregados do Estado eram proibidos. (Pereira, 2021, p. 86)

---

que vinham sofrendo com as decisões econômicas da ditadura que incluíam a adoção da austeridade fiscal, arrocho salarial e a repressão sindical.



### ***3.1.1 O surgimento do novo sindicalismo e dos sindicatos da educação***

Cabe-nos apresentar um esboço de alguns aspectos relevantes para nossa pesquisa sobre a movimentação sindical no Brasil na década de 1980, no sentido de entender as concepções opostas entre os grupos sindicais citados. Abordaremos as considerações de Armando Boito Junior, que se consolidou como um analista e pesquisador metuculoso do movimento sindicalista no Brasil. Ele desenvolveu uma pesquisa descrevendo as principais características desse movimento e uma questão vista como relevante nesse processo de análise: a diferença entre a estrutura do sindicato e os efeitos dele.

O autor desenvolveu reflexões que problematizam o surgimento do "novo" no movimento sindical, explorando as mediações entre associativismo e sindicalismo, bem como entre o sindicalismo propositivo e o sindicalismo autêntico. A Confederação dos Professores do Brasil (CPB) manteve uma postura mais corporativista, herdada do período da ditadura, enquanto o grupo de sindicalistas autênticos buscava romper com o autoritarismo militar

Nas décadas de 1930, durante o primeiro período do Governo Vargas, iniciou-se a interferência normativa do Estado na organização dos sindicatos. A primeira lei de sindicalização foi sancionada em 1931 e obrigava as organizações sindicais a se registrarem no Ministério do Trabalho, que havia sido criado há pouco tempo. Os sindicatos receberam reconhecimento oficial, mas, por outro lado, tiveram que submeter sua organização ao controle do Estado. Desse modo, a organização da estrutura sindical brasileira ganha características corporativistas.

Conforme a instituição desse sistema, os sindicatos tornaram-se limitados a determinadas regras de funcionamento, que, na prática, interferiam, de forma prejudicial, nas lutas dos trabalhadores. Além da imposição da unicidade sindical – que obriga a existência de apenas um sindicato por categoria profissional – e da imposição de taxas e tributos a todos os trabalhadores de sua base legal, há o problema da representação dos trabalhadores nas questões judiciais quando estão em pleito com seus empregadores. Tais questões ficaram sob responsabilidade do sindicato junto à Justiça do Trabalho. Para Boito Jr. (2006),

Não é difícil perceber o caráter excludente desse sistema. Embora o sindicalismo não seja proibido - o que diferencia tal sistema da situação vigente em algumas das ditaduras militares latino-americanas dos últimos anos - ele só pode ser exercido no interior de um sistema que nega a liberdade de organização e a autonomia sindical diante do Estado. (Boito Jr., 2006, p. X)

Com base em suas pesquisas, Boito Jr. (2006) posicionou-se teoricamente sobre o problema da estrutura sindical. De acordo com o autor, o populismo da Era Vargas não desapareceu do movimento sindicalista. Ao contrário do que alguns pesquisadores acreditam, conforme o autor, as mobilizações grevistas de 1980, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) não romperam com a tradição populista. Segundo essa perspectiva, os sindicatos continuam a existir até hoje por causa do aspecto populista presente em sua estrutura.

Para Boito Jr. (2006), no período varguista, houve um movimento de cooptação e controle da classe trabalhadora. Vargas adotou uma política paternalista diante das questões sindicais para incorporar o movimento sindical à estrutura do governo, ao passo que realizava reformas trabalhistas que beneficiavam os trabalhadores. Segundo o autor, “o populismo varguista se caracterizou por um paternalismo estatal que oferecia direitos trabalhistas e benefícios sociais em troca de apoio político e controle sobre os sindicatos” (Boito Jr., 1991, p. 45).

O autor argumenta também que há uma diferença importante entre a estrutura do sindicato e seus resultados. Os resultados são classificados como elementos que estão na superfície e, portanto, mais simples de serem observados e analisados. A estrutura, por sua vez, não se mostra tão facilmente, motivo pelo qual gera conclusões errôneas. A indicação do autor é de que, para entender que o sindicato ainda permanece sob a tutela do Estado, não se pode tomar os efeitos da estrutura por ela própria.

Ao observar a transição histórica da estrutura sindical por ocasião da mudança de governos ditatoriais para governos mais democráticos, o pesquisador diverge da opinião de que houve transformações estruturais nos sindicatos. Para ele, o que mudou foi o modelo ditatorial, mas a estrutura permaneceu a mesma.

[...] A sentença normativa que impõe aos sindicatos oficiais a aceitação do índice de reajuste determinado pelo Poder Judiciário e a suspensão de qualquer movimento reivindicativo segue existindo. Vemos então que foram suprimidos alguns dos efeitos da estrutura, mas sem se tocar nas causas, isto é, na própria estrutura. (Boito Jr., 2006, p.76)

Com a permanência do controle do Estado, mesmo o movimento do novo sindicalismo continuou submetido aos ditames estatais. Baseando-se nessas considerações, é possível entender como o movimento sindical no Brasil, com características herdadas desde a década de 1930, apresenta alguns impedimentos no que se refere ao fluxo das demandas de muitos trabalhadores no país.

Diante de um quadro de acirrados embates no interior das organizações sindicais, os grupos de oposição, ao perceber a disposição de passividade da direção da CPB, resolveram apresentar propostas no sentido de criar outra organização sindical<sup>11</sup>, que fizesse prevalecer as reivindicações reais dos trabalhadores em educação. Dessa forma, a ideia de uma nova organização para o movimento dos docentes começa a se fortalecer a ponto de obrigar a mudança de direção da CPB. Como consequência, a movimentação dos chamados sindicalistas autênticos<sup>12</sup> obteve resultado, dado que a nova direção submeteu-se, em alguns aspectos, à responsabilidade pelas reivindicações dos trabalhadores.

Conforme estudo realizado por Pereira (2021), esse período confirmou a história das lutas da classe trabalhadora como um momento de mudanças significativas, em que os trabalhadores assumiram a dianteira na relação entre patrões e assalariados. De acordo com os dados levantados,

Entre os anos de 1979 e 1980 ocorreram quatro encontros ou congressos nacionais de professores atuantes nas esferas públicas estaduais de ensino, articulados pelos setores do Novo Sindicalismo, incorporando sindicatos e oposições sindicais. A iniciativa política obrigou a que representantes da CPB se fizessem presentes no terceiro encontro que teve caráter congressual e discutiu fundar uma nova entidade nacional. (Pereira, 2021, p. 72-73)

A primeira tentativa de mudança não foi bem-sucedida. Na ocasião, a proposta era a criação da UNATE. No entanto, com a continuidade das imposições dos sindicalistas autênticos e toda a movimentação gerada pela nova Constituição de 1988, que reconheceu o direito de greve dos servidores públicos, ocorreu a transição da CPB para a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), simbolizando uma conquista em meio à emergência de um novo modelo sindical.

Passaremos a situar as posições e ações do grupo que criou o Sindiute. Como veremos, os professores e professoras que lideraram a oposição à APEOC preferiam um sindicato mais combativo e mais próximo das decisões da base.

---

11 Por consequência das lutas no interior da CPB, nasce a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) no ano de 1989.

12 Eram chamados assim os sindicalistas que deram início ao chamado “Novo Sindicalismo” no Brasil, movimento que se opunha ao “Sindicalismo de Estado”. As posições e as práticas dos sindicalistas autênticos surgiam como propostas voltadas às questões imediatas dos trabalhadores e contrariavam as ações antigas do regime militar.

### 3.2 Contexto político, social e econômico em Fortaleza

Em Fortaleza, na segunda metade da década de 1980, a administração da educação estava imersa em um processo de mudanças no âmbito da administração pública. Nas primeiras eleições livres e diretas para as prefeituras brasileiras após duas décadas de ditadura empresarial-militar, Fortaleza elegeu Maria Luiza Fontenele como a primeira mulher prefeita de uma capital brasileira. Entre 1986 e 1988, Maria Luiza instituiu a chamada Administração Popular de Fortaleza (APF), com o objetivo de estabelecer uma administração diretamente vinculada à organização popular. Essa era a principal meta daquela gestão, que contou com o apoio de parte expressiva da esquerda e, de maneira decisiva, dos trabalhadores da educação em seu processo eleitoral.

No que se refere ao movimento sindical dos trabalhadores da educação, representado pela APEOC, havia divergências em relação ao apoio à nova gestão de Maria Luiza. A diretoria desse sindicato posicionou-se contrariamente, enquanto os professores que faziam oposição à direção da Associação defendiam incondicionalmente a APF. Conforme afirma Paula (2010, p. 74), “[...] esse acontecimento político repercutiu diretamente nos desdobramentos do movimento sindical docente no Ceará”. O embate formado dentro do aparato sindical (APEOC) intensificou ainda mais a divisão entre a direção e o grupo de oposição. Nas palavras de Rosa da Fonseca – professora e militante política que liderava esse grupo,

Na verdade não fora eleita só a prefeita Maria Luiza, mas todo um projeto que ela representava. A direita entendeu isso e se preparou para combater a administração. Parte da esquerda não entendeu, ou exatamente porque entendeu, também preparou-se para combatê-la. A nível do PT aconteceram as mais diversas reações, da perplexidade à superestimação do fenômeno. Estabeleceu-se uma disputa política em relação à orientação que seria dada à administração. Para quem acompanhou mais de perto ficou evidente a tentativa de deslocar a orientação que dera curso não só a campanha, mas a toda trajetória anterior do projeto. [...] Isso acabou acontecendo, o que determinou a mudança de política que havia sido pensada durante a campanha, com inevitáveis repercussões para o desdobramento posterior da administração. (Paula, 2010, p. 74)

Havia, assim, uma expectativa de parte da sociedade, principalmente da parcela que apoiou a candidatura de Maria Luiza, em relação ao trabalho a ser realizado com a participação popular. Contudo, os fatos histórico-políticos ocorridos durante a administração de Maria Luiza impediram, de forma decisiva, que se desenvolvesse uma gestão administrativa ao menos razoável. A ideia da Administração Popular confrontou um sistema político estabelecido pelo clientelismo.

Nesse contexto, a esquerda brasileira estava basicamente dividida em dois blocos: um, mais moderado e considerado “pelego”, era composto principalmente por três forças, entre elas o então PCB. Essas organizações apoiavam o que chamavam de burguesia democrática e acreditavam na chamada transição democrática, o que as levava a apoiar e a formar governos junto ao então MDB (Movimento Democrático Brasileiro) de Ulisses Guimarães. Esse bloco dominava o movimento de esquerda e boa parte do sindicalismo por meio da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), à qual se opunha a nova, e ainda minoritária, CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Em Fortaleza, essa parte da esquerda apoiou Paes de Andrade, que foi derrotado por Maria Luiza, e, após a vitória dela, continuou fazendo oposição e trabalhando para desestabilizar a administração popular. A APEOC seguia nessa direção.

Havia também os impasses legislativos; frequentemente, a Câmara Municipal barrava projetos e iniciativas propostos pela prefeita, dificultando a governabilidade e a implementação de políticas públicas. Dominada pela oposição, a Câmara Municipal tornou-se um grande obstáculo para a administração de Maria Luiza, recusando-se a aprovar projetos fundamentais.

A estrutura tributária da época não permitia que os municípios tivessem recursos próprios oriundos de tributos, fazendo com que dependessem de repasses feitos pela União. Por isso, ao fazer oposição cerrada ao governo Sarney, a prefeitura foi boicotada e não conseguia arcar com o pagamento de serviços como a limpeza urbana. Além disso, ações de opositores e empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana ficaram conhecidas, como o despejo de lixo nas ruas durante a madrugada, com o intuito de culpar a prefeitura pela sujeira na cidade. Em entrevista à *Folha de São Paulo*<sup>13</sup>, Maria Luiza afirmou: “Mesmo depois de passar a coleta do lixo, alguém colocava mais sujeira nas ruas e chamava a imprensa. Esse esquema existiu”.

A administração, que foi rigorosa desde o início nas negociações com as empresas de transporte, defendendo a meia passagem para estudantes e preços módicos nas passagens de ônibus, também foi firme nas negociações com todo o setor privado. Além disso, elaborou um dossiê sobre corrupção no município, denunciando, por exemplo, que os empregados domésticos de figuras como o radialista Gomes Farias eram pagos pela prefeitura. Todas essas ações acumularam uma ofensiva sem precedentes dos reacionários contra Maria Luiza, com o apoio daquela esquerda.

---

13 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1211200010.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Nesse contexto, o setor da educação também enfrentou problemas de ordem administrativa. Segundo Calixto (2002, p. 85), “ao longo de três anos [...] a Secretaria de Educação do Município foi dirigida por quatro secretários de educação”. Essas mudanças na gestão causaram descontinuidades nas políticas voltadas para a educação. O primeiro secretário, Padre Haroldo Coelho, que não ficou mais de dois meses à frente da Secretaria, tinha a intenção de instituir em Fortaleza uma educação fundamentada nos métodos de Paulo Freire, cujo slogan era “Educar para libertar”, mas seus planos foram impedidos por interesses internos da política partidária.

O novo secretário, Dilmar Miranda, assumiu o cargo por apenas cinco meses, período durante o qual enfrentou duas greves dos trabalhadores em educação, nas quais eram reivindicados o pagamento do 13º salário, a quitação de salários atrasados e o cumprimento do piso salarial, que havia sido prometido durante a campanha para a categoria dos professores (Calixto, 2002). Em seguida, a educadora Lúcia Helena Granjeiro, que atuava como técnica da Secretaria, assumiu o cargo de forma interina até a chegada do quarto secretário, o filósofo e educador angolano Manoel Couto, que fora assessor educacional do Padre Haroldo. Diante dessas constantes mudanças, o andamento dos trabalhos da Secretaria ficou prejudicado.

Com a eleição de Maria Luiza, que estava ideologicamente posicionada no campo político da esquerda e tinha a pretensão de implementar na educação os conceitos de uma educação libertária que promovesse uma transformação genuína na condução do processo educativo de Fortaleza, fica claro que os planos para a gestão da educação estavam alinhados com os conceitos de uma escola com forte participação popular. Segundo Calixto (2002, p. 91), “o programa de governo da Administração Popular de Fortaleza apresentou o simbólico slogan: 'Construir o novo com o povo’”. Assim, com a realização dos seminários Fortaleza da Gente I e II<sup>14</sup>, que contaram com a participação de técnicos, intelectuais, associações de moradores e sindicatos, algumas diretrizes foram traçadas para a área educacional:

- Discussão do documento nas escolas com participação de todos os segmentos da mesma e representação da comunidade, como forma de contribuição na elaboração do Plano Global de Educação.
- Definição de um perfil de educação popular a ser adotado pela Secretaria de Educação do Município a partir de estudos e debates com a Escola e a Comunidade.
- Adoção de uma nova metodologia no processo de alfabetização, dentro dos parâmetros de uma educação popular, inspiradas nos princípios de Paulo Freire.
- Ocupação dos espaços ociosos nas escolas e outros locais da comunidade, para campanha de alfabetização de adultos com utilização do método Paulo Freire. (Calixto, 2002, p. 91)

---

14 Seminários organizados para direcionar as ações de governo da APF, resultando, assim, em um plano de governo. Foram realizados com a participação de técnicos, intelectuais, associação de moradores e sindicatos.

Nota-se que a gestão da Administração Popular de Fortaleza (APF) teve, desde o início, a intenção de exercer um mandato com características progressistas e de promover transformações para a população fortalezense. Apesar da mobilização realizada na campanha eleitoral por diversas categorias de trabalhadores, especialmente pelos trabalhadores da educação, a gestão de Maria Luiza enfrentou muitas reivindicações provenientes de diferentes setores da sociedade. Os três anos de sua atuação como prefeita foram marcados por greves contínuas. Os professores passaram a reivindicar o pagamento dos salários atrasados, o que trouxe dificuldades para a operacionalização da política educacional.

Nesse período, o próprio movimento sindical no Ceará enfrentava mudanças ocasionadas pelo processo de redemocratização do Brasil. Com a possibilidade de se organizarem em sindicatos, dois grupos se formaram em disputa pelo movimento político docente. De um lado, a Associação dos Professores em Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), que se posicionava a partir do sindicalismo propositivo<sup>15</sup>; e, em oposição, o grupo de professores<sup>16</sup> que mais tarde viria a ser o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE), constituído por integrantes alinhados com a ideologia dos sindicalistas autênticos.

Ainda ao longo da década de 1980, desenvolveu-se no Ceará, em 1987, sob o governo de Tasso Jereissate, o Projeto Ceará das Mudanças, que tinha a proposta de democratizar a gestão escolar. Durante o período de implantação das propostas, que só ocorreu em 1995, podemos observar uma ação mais intensa dos sindicatos dos docentes. O Sindiute defendia, em boa medida, que as tomadas de decisão contassem com a participação integral da comunidade escolar. Na ocasião da instituição da eleição para diretores das escolas estaduais, configurou-se um embate entre as posições das duas entidades sindicais docentes: APEOC/Sindicato e Sindiute.

Nessa disputa, enquanto a APEOC concordou sem objeções com o projeto do então secretário de Educação, Antenor Napolini, o Sindiute apresentou um projeto alternativo que foi construído a partir de reuniões com os Grêmios Estudantis. Além de se opor à imposição de uma prova escrita como critério de avaliação, o Sindiute sugeriu que fosse previsto no documento legal (Lei Nº 12.442/95) um canal de participação da comunidade escolar, o “Conselho Escolar-Administrativo”, que teria função consultiva e

---

15 Boito Jr. (2005) caracteriza esse tipo de sindicalismo como circunscrito ao movimento corporativista que introduzia a ideia do neoliberalismo na organização dos sindicatos: “esta estrutura *envolve, divide e despolitiza* o movimento sindical. Ela realiza, na base da central, a concepção e a estratégia do sindicalismo propositivo” [...] (2005, p. 172, grifos nossos).

16 Entre o grupo de oposição, estavam Laura Moreira, Rosa da Fonseca, Gardênia Baima, Zezé Morais, Valda Albuquerque, Fátima Mesquita, Ivanize Magalhães e outros.

deliberativa, composto por representantes de pais, alunos, professores e funcionários. Nessa ocasião, fica evidente que a posição do Sindiute se mostrava bem mais progressista e democrática.

Ainda nesse período, ocorreram discussões sobre a instituição do Conselho Escolar (CE) e a reformulação das eleições diretas para os gestores. Em ambos os casos, o Sindiute se colocou em contraposição. Quanto à criação do CE, o sindicato apontou que a intenção governamental estava alinhada aos princípios neoliberais, visto que sua concepção de participação, além da inclusão de pais, alunos, professores e funcionários, passou a contemplar a entrada de outros grupos da sociedade civil, como empresas e ONGs, para realizarem funções que deveriam ser do Estado, bem como iniciava a abertura da escola para setores de administração privada.

Já no caso das mudanças nas eleições diretas para os gestores, a principal divergência entre a APEOC e o Sindiute residiu no fato de que a nova lei atribuía ao governador do Estado o poder de exonerar os diretores sem a consulta da comunidade escolar que os elegeu.

De acordo com Almeida (2010), “[...] as principais modificações foram: a criação do Núcleo Gestor e a inserção de um artigo que atribuía ao governador do Estado o poder de exonerar os diretores sem a necessidade de haver uma sindicância, sob a justificativa de ser este um cargo de comissão” (2010, p. 12).

Os embates políticos e ideológicos expostos até aqui revelam uma disposição de ânimos acirrados entre os dois grupos que se formaram no sindicalismo da educação no Ceará: APEOC/Sindicato e Sindiute. Passaremos a discutir o processo histórico em que se deram as lutas para que o Sindiute fosse reconhecido como representante da classe dos trabalhadores em educação no Ceará, um processo que converge com a história de criação do Sindiute.

### **3.2 Construção do Sindiute**

Com o estabelecimento da ditadura militar em 1964, o movimento dos trabalhadores enfrentou diversas restrições, incluindo a proibição de greves e a impossibilidade de atuar como mediadores nas questões trabalhistas entre trabalhadores e empregadores. Na década de 1980, com o enfraquecimento das forças militares no cenário político brasileiro, as forças políticas opostas ao regime, especialmente a organização dos trabalhadores, começaram a se reerguer, apontando para mudanças estruturais.



A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços, como a garantia de que as associações de trabalhadores pudessem se organizar novamente como sindicatos. Apesar dessa conquista, os sindicatos ainda enfrentavam desafios, já que o Estado mantinha controle sobre essas entidades, por meio da unicidade sindical (que impedia a criação de múltiplos sindicatos para a mesma categoria) e da imposição de tributos, como o imposto sindical. Assim, mesmo com o avanço democrático, os sindicatos continuaram limitados em sua autonomia e poder de atuação.

Para Boito Jr. (1999), a unicidade sindical gera a burocratização e a cooptação dos sindicatos pelo Estado, o que pode resultar em uma desconexão com os interesses da base trabalhadora. Ele destaca que “a unicidade sindical favorece a burocratização das direções sindicais e a sua integração no aparelho de Estado” (Boito Jr., 1999, p. 45). Além disso, o autor enfatiza que o imposto sindical é um mecanismo que permite o controle financeiro do Estado sobre os sindicatos, o que pode influenciar suas ações e prioridades. Segundo ele, “a dependência do imposto sindical enfraquece a autonomia das entidades sindicais, tornando-as suscetíveis à influência governamental” (Boito Jr., 1999, p. 67).

A criação do Sindiute, como mencionado, surge a partir de um movimento de oposição liderado por um grupo específico de professores pertencentes à Associação dos Profissionais do Ceará (ASPEC). Esses professores seguiam princípios ideológicos dos “Autênticos”, que defendiam o enfrentamento por meio de lutas e greves. Em contraste, a APEOC estava ligada ao grupo “Unidade Sindical”, que apoiava a aliança entre a classe operária e a patronal. Em 1980, a ASPEC decidiu formar uma chapa de oposição para disputar as eleições da APEOC, mas, sem sucesso. Diante das dificuldades enfrentadas no processo eleitoral e da exploração dos docentes, a ASPEC tomou a decisão de integrar-se à APEOC (Paula, 2010).

Segundo Moreira (1990), havia três divergências principais entre os grupos:

As razões fundamentais que alimentavam toda essa resistência eram: primeiro, a crença na abertura política [...] segundo, uma concepção que valorizava a atual estrutura sindical [...] terceiro, uma concepção de democracia que consistia, fundamentalmente, na supremacia das diretorias sindicais. (Moreira, 1990 *apud* Paula, 2010, p. 67)

Em 1983, durante o governo de João Figueiredo, último presidente da ditadura militar-empresarial, o cenário para os trabalhadores era de arrocho salarial, alta inflação e desemprego elevado. Diante dessa crise, os professores começaram a se organizar. No Ceará, a mobilização teve início com um grupo de professores do Conjunto Habitacional Prefeito José Walter, e à medida que a oposição de base se organizava, o movimento crescia.

Em uma assembleia que reuniu cinco mil professores no Ginásio Aécio de Borba, a greve foi deflagrada. A diretoria da APEOC, pressionada, foi forçada a apoiar o processo de luta dos professores. Esse movimento não era isolado; fazia parte de uma mobilização nacional maior, que incluiu a primeira greve geral no Brasil desde o golpe militar de 1964, marcada por uma reação dos trabalhadores contra as adversidades impostas pela ditadura.

A mobilização foi ganhando projeção, abrangendo todo o Estado. Entre as principais reivindicações, estava a criação de um Piso Salarial para a categoria. Conforme Paula (2010), a direção da APEOC, com o apoio de Fausto Arruda e Jaime Alencar, buscava conter o avanço das greves.

Nesse contexto de embates entre a diretoria da APEOC e sua base – liderada por um grupo determinado de professores(as) –, o embrião do Sindiute foi se desenvolvendo. Em 1991, em mais uma divergência, dessa vez sobre a unificação das lutas dos trabalhadores em educação, que era uma tendência que se manifestava em âmbito nacional, o conjunto de orientadores, supervisores e professores de educação física, juntamente com o setor de professores, organizou o Movimento de Unificação e Defesa dos Educadores. Em 1987, o MUDE representava a vontade de unificação de todas as demais entidades em um só sindicato. A diretoria da APEOC posicionou-se contrária a essa ideia, pois interpretava que tal processo se tratava apenas de uma disputa pelo controle do aparelho sindical (Paula, 2010).

Em âmbito nacional, com a transformação da CPB em CNTE, a pauta da unificação dos trabalhadores em educação foi discutida, e a então Confederação Nacional entendeu que essa unificação era necessária, dado que tinha como premissa gerir a organização dos trabalhadores em educação de forma geral. Entre idas e vindas, em 1990, a APEOC, na figura de Fausto Arruda, aderiu à indicação da CNTE, em contradição com parte da sua própria diretoria. Em congresso realizado pela CNTE, com a participação dos professores em oposição e de outras associações, como a Associação dos Orientadores (ASOECE), a Associação dos Supervisores (ASSECE) e a Associação dos Professores de Educação Física (APEFC), foi organizada a realização de dois congressos.

Dessa forma, notamos que um pequeno grupo (a direção da APEOC) posicionava-se contra a unificação, enquanto a base do sindicato estava alinhada com as orientações da CNTE. Como deliberação do I Congresso, fundou-se o SINTECE – Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará. Com a resistência apresentada pela APEOC à ideia da unificação, o SINTECE encontrou dificuldades para se efetivar na prática, sendo necessária a organização do III Congresso por meio do Fórum Estadual de Unificação. Na ocasião desse congresso, Fausto Arruda teve sua proposta de coexistência entre os dois grupos (SINTECE e

APEOC) negada, o que representava um recuo em sua decisão anterior pela unificação. Durante esse evento, ocorrido no Seminário da Prainha nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1991, foram apresentadas três teses para votação, e a que prevaleceu foi a tese número 3, das professoras Gardênia Baima e Zezé Moraes, da corrente *O Trabalho*. A partir desse período, o grupo que viria a se tornar o Sindiute ganhou mais força e passou a coexistir com a APEOC.

Esse processo seguiu-se com a continuação da luta pela unificação. De acordo com Paula (2010),

Após esses acontecimentos estabelecendo uma dualidade de representação, as entidades avaliam a necessidade de organizar um congresso que tivesse como pauta a discussão da unificação no Ceará. Era consenso, excluindo a direção da APEOC, a ideia de que a transformação burocrática desta entidade em sindicato não tinha resolvido os problemas organizativos e políticos da categoria. Teria que haver um maior aprofundamento dessa discussão e nesse debate a CNTE deveria ocupar um lugar de destaque. (Paula, 2010, p. 102)

Organizou-se, então, o I Congresso de Unificação do Ceará, com o tema: “Unir para lutar cada vez mais”. Na ocasião, foram apresentadas, à revelia da posição da CNTE, que não concordava com a criação de outro sindicato, algumas resoluções:

1 – Criar o Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação do Ceará; 2 – Eleger uma diretoria provisória para dar encaminhamento ao processo de estruturação do sindicato e [...] 6 – Promover um processo de desfiliação da APEOC no sentido de retirar dela a prerrogativa de entidade representativa da categoria. (Paula, 2010, p. 103)

A ausência da APEOC no I Congresso foi entendida pela CNTE como uma recusa à unificação, e, como aquela instituição detinha o controle burocrático sobre a categoria, mesmo com a aprovação das demais instituições, a unificação não seria viável. Organizou-se, então, o II Congresso de Unificação do Ceará, com o tema: “Escola Pública: por que acabar com esse direito?”.

Ainda com a recusa da APEOC e seu não comparecimento a esse Congresso, a CNTE aprovou algumas resoluções que indicavam orientações para a APEOC. Essas resoluções, em resumo, concordavam com as posições do SINTECE, estabelecendo diretrizes que apontavam para a unificação. A CNTE orientava, ainda, que a APEOC reconhecesse a filiação do SINTECE aos quadros da confederação. Acerca disso, Fausto Arruda decidiu atender às imposições da CNTE, contrariando a posição de Jaime de Alencar<sup>17</sup>. Nesse ínterim, com as circunstâncias favoráveis à unificação, iniciou-se um processo de discussões para analisar a viabilidade estatutária dessa ação. Em meio às discussões, recorreu-se ao estatuto

17 A relação entre Fausto Arruda e Jaime Alencar constituía-se a partir dos cargos exercidos por eles na APEOC. Fausto Arruda ocupava o cargo de presidente, enquanto Jaime Alencar era vice-presidente. Ambos agiam alinhados com as decisões dos governos estaduais.

da APEOC, que indicava em seu Artigo 7º que a fusão, transformação ou dissolução era de competência exclusiva da Assembleia de Associados. Dessa forma, sucedeu-se o III Congresso para unificação, que foi realizado no Seminário da Prainha. Nesse evento, aprovou-se, em dezembro de 1991, a criação do Sindiute. Porém, com o retorno de Jaime Alencar à diretoria da APEOC, o Sindiute enfrentou novos ataques. Em nome da unicidade sindical, que permite apenas uma representação sindical por categoria, Jaime Alencar iniciou um processo de deslegitimação do Sindiute.

Com o andamento dos fatos políticos em torno da questão da unificação, a APEOC filiou-se à CUT, desligando-se da CGT. Isso representou uma contradição para o Sindiute, uma vez que as ações desse sindicato continuaram da mesma forma (corporativista), em confronto com as posições da própria CUT.

Paula (2010) afirma que

Os constantes ataques que se seguiram, então sob a conviência da CUT, por meio de sua força majoritária, apesar de nocivos ao desenvolvimento da luta da categoria, não alcançaram o efeito esperado, ou seja, o desaparecimento do Sindiute. A continuidade deste organismo sindical decorreu do entendimento das entidades que unificaram professores independentes que compõem a base da categoria e dos dois setores (Grupo da professora Rosa/PART e O Trabalho) que estiveram em sua defesa desde os anos de sua fundação, não obstante o grupo da professora Rosa da Fonseca, naquele momento, já apresentasse claros traços da nova posição política que iriam assumir, ou seja, o abandono da luta sindical. (Paula, 2010, p. 122)

Seguiu-se, então, uma luta jurídica que não terminou em impasse, devido à abstenção de um dos desembargadores, que alegou que a questão era polêmica. Com a resistência da APEOC em não unificar e em não reconhecer o Sindiute como representante, este sindicato continuou suas atividades junto à categoria de professores em Fortaleza, contando com o principal respaldo da CNTE. Essa decisão foi tomada após mais de uma década de existência do Sindiute.

Diante das informações sobre a história de criação do Sindiute, passaremos agora a analisar, por meio da observação de suas lutas, documentação, entrevistas e registros diversos, se há uma concepção definida de sociedade e educação.

#### 4 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO À LUZ DOS DOCUMENTOS

Verificaremos a existência, ou não, de uma concepção de sociedade e de educação definida pelo sindicato em questão. Essa abordagem nos interessa, dado que entendemos que a educação escolar está inserida em uma estrutura social que exerce determinações sobre o andamento da educação.

O movimento sindicalista surge da dinâmica societária e histórica da luta de classes. Delimita-se, conceitualmente, como um instrumento que representa a força e o poder que a classe trabalhadora pode exercer em resposta à exploração do sistema capitalista sobre as relações trabalhistas existentes. Com o avanço da produção material advindo da Revolução Industrial no século XVIII, cresceu também o acirramento entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção.

Nesse contexto, a organização trabalhista torna-se um fenômeno indeclinável, pois os trabalhadores, diante das condições extremamente precárias, são impulsionados a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. Esse embate, por ser fundante de uma estrutura social, implica na forma e no conteúdo de determinada sociedade. Os sindicatos representam uma força relevante nesse processo, uma vez que, por natureza, indicam a organização da classe trabalhadora.

Com base nisso, procuramos estabelecer alguns parâmetros para a análise das posições políticas e sociais do Sindute em relação à sua atuação nas reivindicações dos trabalhadores em educação. Para tanto, delimitaremos as principais ações desse sindicato no período que compreende os anos de 2016 a 2022, além de proceder à investigação a partir de algumas fontes documentais e das informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas.

O período que abrange os anos de 2016 a 2022 foi selecionado para esta pesquisa por representar um momento de intensa movimentação política, marcando o fim de um ciclo, o dos governos petistas, e o início de um novo ciclo político, caracterizado por contrarreformas, retrocessos e ataques às conquistas e direitos dos trabalhadores. A começar pelo golpe político que atingiu o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (2014–2016). Tal evento ocorreu em consequência de um grande levante no campo político contra a presidente. Sobre este acontecimento, destacamos a análise da presidente:

É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de

uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. (Rousseff, 2016 *apud* Singer, 2018, p. 9).

André Singer, em seu livro *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma*, também considera esse fato político como um golpe. De acordo com ele,

Filmada por documentaristas, a ex-presidente falava para a história. Dilma por Jango. Lula por Getúlio. A toga de 2016 pelos tanques de 1964. O PT pelo PTB, o PSDB pela UDN, o PMDB pelo PSD. O advogado Michel Miguel Elias Temer Lulia pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Se tudo desse certo para os golpistas, o PT seria afastado do jogo por pelo menos uma década, como o golpe de 1964 freou o crescimento do PTB, fruto do realinhamento da época. O partido popular só retornaria à liça, sob a capa do MDB, em 1974. (Singer, 2018, p.9)

Esse foi um período de muitas mudanças no país, e aqui nos interessa aquelas que implicaram retrocessos, direta ou indiretamente, no campo da educação. Com a derrubada de Dilma Rousseff, Michel Temer (vice-presidente e um dos principais articuladores do golpe) assumiu a presidência. A partir de então, o que se viu foi uma sequência de ataques aos direitos sociais conquistados. Entre as medidas tomadas pelo então presidente, estava a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida como PEC da Morte, que instituiu um novo regime fiscal que congelou por 20 anos os gastos públicos, deixando a educação pública, como sempre, como um dos setores mais prejudicados por essa ação governamental.

Outra ação voltada à educação foi a Lei 13.415/2017, que criou o chamado “Novo Ensino Médio” (NEM). Essa política foi apresentada em setembro de 2016. Percebe-se uma certa urgência em aprovar novas leis. Boa parte da sociedade civil, especialmente os mais envolvidos com a educação, posicionou-se contra as diretrizes apresentadas para o andamento do Ensino Médio no país. Com muitas críticas, a nova lei passou a vigorar e, em tudo o que poderia prejudicar o ensino dos jovens, trouxe, no mínimo, uma fragilização ao processo educativo, pois flexibilizou o currículo, dando preferência às disciplinas entendidas como mais importantes (Português e Matemática) e, de outra forma, preteriu as outras disciplinas da área das humanidades.

Para autores como Miguel Arroyo, a referida reforma vai de encontro aos interesses das classes dominantes, atendendo às demandas neoliberais do sistema econômico. Arroyo (2014) reconhece a importância de realizar mudanças no Ensino Médio. Em concordância com a ideia de que tanto educadores quanto os jovens educandos acompanham as mudanças da sociedade, o autor pondera o seguinte:

Há ainda outro dado que merece destaque: os professores são Outros em gênero, origem social, racial, trazem saberes, leituras de mundo e de si mesmos. Em anos de

lutas por direitos, eles disputam o reconhecimento de suas identidades profissionais e sociais. Trazem outras experiências sociais e outras indagações ao campo do conhecimento. São produtores de conhecimentos. Como profissionais trazem ao currículo disputas por autorias e criatividade docente, por autonomia. Discutem em coletivos de área, reinventam, enriquecem conteúdos do currículo oficial. O currículo é um dos territórios de disputa profissional. Outro dado, que também compõe outras partes deste livro, é o reconhecimento de que os jovens estudantes que vão chegando ao Ensino Médio são também Outros, de outras origens sociais, raciais, étnicas, dos campos e das periferias. (Arroyo, 2014, p. 55)

Diante dessas constatações, Arroyo (2014) propõe algumas perguntas: “Como garantir seus direitos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à formação plena? Que Ensino Médio e que currículo?” (Arroyo, 2014, p. 55). Dessa forma, o fato de haver mudanças realizadas por educadores e educandos é um sinal de que a realidade do ensino tem seus sujeitos; se é assim, a reformulação do Ensino Médio deve seguir essas práticas.

Essa consideração de Arroyo reflete a preocupação acerca de quem deve pensar o Ensino Médio. De acordo com ele, as reformas educacionais seguem uma dinâmica tradicional das reformas de Estado, sendo sempre pensadas para os “outros”.

Miguel Arroyo, em um instigante texto intitulado “Repensar o Ensino Médio: Por quê?” (ARROYO, 2014) nos chama a atenção para esse traço em relação às reformas educacionais. De uma maneira geral são reformas que pretendem “inovar pelo alto” através de medidas que visam “ilustrar” a melhor forma de educar, “normatizar” os processos educativos e “persuadir” os educadores de que esses processos são válidos e necessários. Novamente: urgentes! Não porque seja uma urgência social, como preconizava Moll e Garcia (2014), mas como pretexto para a interdição do debate, para que os “outros” não possam se manifestar. (Arroyo *apud* Leão 2018, p. 8)

Outros temas tratados nesse período, que despertaram muitos embates, foram a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que sofreu alterações importantes e resultaram em uma queda expressiva no número de candidatos. As regras do ENEM foram modificadas de maneira que geraram muitas críticas. As principais críticas apontavam para a desigualdade de acesso e a redução da função social do ENEM, que deixou de ser uma garantia de obtenção do certificado do Ensino Médio.

Essas foram as principais ações no campo da educação realizadas pelo governo Temer durante o breve período em que ele assumiu a presidência do Brasil após o golpe contra a presidente Dilma Rousseff. Em 2018, na esteira do avanço das ideologias da direita e extrema-direita, foi eleito Jair Bolsonaro (2018-2022), um representante aberto da extrema-direita no Brasil. Bolsonaro deu continuidade às políticas educacionais de Temer e impôs mais polêmicas nas questões referentes à educação do país. É nesse período que a ideologia de uma sociedade militarizada ganha força, como se quisesse retornar à dinâmica de repressão

experimentada nos governos militares de 1964 a 1985.

Um conjunto de parlamentares moralmente conservadores, politicamente reacionários e golpistas também adquiriu espaço no Congresso Nacional e nas Câmaras Estaduais, de modo que tinham ideias intencionalmente concatenadas sobre o que era melhor para a educação. É nesse período que ganha força a ideia chamada “Escola Sem Partido,” que visa instituir legalmente o ensino domiciliar para a educação básica, alegando que, principalmente nas escolas públicas do país, o ensino é intencionalmente voltado às questões da ideologia da esquerda. Sob esse pretexto, em resumo, não querem que as crianças fiquem submetidas a tal influência.

Junto a essas movimentações no âmbito parlamentar, havia um processo acontecendo na prática. Embora de maneira tímida, se pensarmos na dimensão nacional, algumas escolas em determinados estados estavam sendo militarizadas. O Decreto nº 10.004/2019, que atualmente está revogado<sup>18</sup>, foi criado sob a justificativa de melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio.

Segundo o governo à época, o objetivo do Decreto 10.004/19 era melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio no País, incentivando a participação de militares na gestão de processos educacionais, pedagógicos e administrativos, sem, no entanto, atuarem em sala de aula. (Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/944526-projeto-revoga-programa-de-escolas-civico-militares-do-governo-bolsonaro/>)

As ações para a educação do governo Bolsonaro, além dessas medidas, foram caracterizadas por cortes de investimentos e má gestão no Ministério da Educação, que, em três anos, teve quatro trocas de ministros. Dois deles, Milton Ribeiro e Abraham Weintraub, foram afastados por problemas envolvendo corrupção. Um dos casos noticiados pela grande mídia envolveu pastores com barras de ouro. Na ocasião, o ministro da Educação era Milton Ribeiro, que foi preso sob a acusação de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência.

Abraham Weintraub assumiu o controle do MEC por 14 meses e acumulou polêmicas, uma das quais foi sua afirmação de que haveria “balbúrdia” nas universidades, justificando, assim, a implementação de uma política de contingenciamento para a educação superior.

Junto a esse contexto de ataques à educação, ocorreu a pandemia de covid-19, que impossibilitou o andamento normal da educação no país. Os alunos passaram a ter atendimento escolar de forma remota, o que resultou em uma enorme defasagem no processo

<sup>18</sup> Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/944526-projeto-revoga-programa-de-escolas-civico-militares-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 04 abr. 2024.



educativo. A forma como o Governo Federal tratou essa crise sanitária foi considerada, por muitos analistas e uma parte expressiva da sociedade – especialmente por aqueles que perderam familiares e amigos vítimas da COVID-19, que não tiveram a oportunidade de receber a vacina – como de total irresponsabilidade. Em resposta, alguns partidos, como a Rede Sustentabilidade que apresentou a ADPF 754, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Cidadania que apresentou a ADPF 756, apresentaram ações junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a conduta do então presidente da República ao desautorizar o Ministério da Saúde a assinar o protocolo de intenção para a aquisição da CoronaVac. Dessa forma, pode-se perceber que o país estava vivenciando uma crise sem precedentes.

Entendemos que, em um contexto de crise, as forças antagônicas de uma sociedade se agitam. À medida que se movem, elas demonstram na prática suas preferências ideológicas, bem como suas concepções de mundo, incluindo as de sociedade, política, sistema econômico, educação, entre outras.

Com base nas elaborações teóricas de Karl Marx (1818–1883), é possível entender a definição de Estado e sua relação com a sociedade civil. Em suas concepções sobre a estrutura social capitalista, ele busca explicar que o Estado é resultado das relações sociais do modo de produção capitalista e não uma instituição neutra e isenta. De outra forma, afirmou que a classe burguesa é a que exerce poder sobre o Estado, principalmente para manter e assegurar o direito à propriedade privada. Sendo assim, o Estado burguês confirma os interesses da classe capitalista de forma a fazer perdurar o *status quo* (Marx, 2013).

O Estado é um agente repressor que busca manter a ordem social existente e exerce uma coerção direta sobre os trabalhadores, que se veem subjugados e oprimidos. Nesses termos, Marx entende a sociedade civil como um espaço onde a dominação ideológica é exercida pela classe dominante, que legitima as relações de poder existentes. Para o autor, o Estado burguês deve ser superado por meio de uma revolução realizada pela classe trabalhadora, que levaria à criação de uma sociedade sem classes, na qual o Estado seria abolido e as relações sociais seriam fundamentadas na solidariedade.

Com essa concepção de uma sociedade sem classes e baseada em princípios como a solidariedade, Marx contrapõe-se aos argumentos dos contratualistas que, no período de ascensão da burguesia, defendiam os direitos burgueses de “vida em Hobbes, de propriedade privada em Locke e de liberdade em Rousseau” (Souza, 2010, p. 27).

Para Marx, nem o Estado nem a sociedade são constituídos por indivíduos com

uma natureza humana *a priori* que decidem se alienar dessa natureza para assumir pactos que garantam suas sobrevivências, como afirmavam os contratualistas.

Outra crítica importante elaborada por Marx foi direcionada à construção teórica de Friedrich Hegel (1770-1831) sobre a relação entre Estado e sociedade civil. A obra escrita por Marx, *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, apresenta elaborações contrárias às concepções instituídas acerca da primazia do Estado sobre a sociedade civil.

No tocante à contribuição de Karl Marx para o entendimento da idéia de sociedade civil, nota-se que se trata por um lado de uma resposta à Hegel e por outro de uma interpretação deveras influenciada pelos teóricos políticos do Iluminismo Escocês. Isso fica claro quando consideramos dois elementos básicos da visão de sociedade civil de Marx: a associação desta com a esfera de produção e seu caráter histórico como limiar da modernidade. (Pinheiro, 1994. p. 81)

Marx construiu uma concepção que levava em consideração as relações históricas do homem e, por conseguinte, sua condição humana, criada a partir do movimento histórico. Segundo Hegel, a burocracia estatal representaria o reino da liberdade; isto é, o corpo coletivo de indivíduos que controla a esfera estatal seria considerado como a classe universal. Dessa forma, a burocracia estatal estaria alheia ao conflito de classes e representaria os interesses de toda a sociedade (Souza, 2010).

Seguindo na esteira das análises acerca do conceito de sociedade civil, entendemos como relevante também as contribuições analíticas do sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) sobre a dinâmica social, cultural, política e econômica do Brasil. Em suas obras *A Revolução Burguesa no Brasil* (2006) e *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), ele analisa o processo de modernização e desenvolvimento econômico na perspectiva dos desafios enfrentados pela sociedade brasileira. Para Fernandes (2006), o processo de modernização do Brasil ocorreu por meio de uma “revolução passiva”, pois, ao passo que trouxe avanços econômicos e tecnológicos, também potencializou as desigualdades sociais e regionais, fazendo permanecer as estruturas de dominação e exploração.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, o autor argumenta que, em relação aos países industrializados, o Brasil posicionou-se de forma dependente, o que lhe trouxe consequências, como uma economia subdesenvolvida e vulnerável às instabilidades do mercado internacional.

Fernandes (2006) aborda as contradições e desigualdades sociais do processo de modernização na perspectiva da formação de uma ordem social competitiva no Brasil. Para o autor, a ordem social competitiva que se formou no país a partir do desenvolvimento

capitalista caracteriza-se por ser uma estrutura social economicamente competitiva entre diferentes indivíduos e grupos sociais em busca de seus interesses. Dessa forma, tal caráter de competitividade se expande para outras esferas sociais, como a política e a cultura.

De acordo com a teoria de Marx, Florestan Fernandes concebe a sociedade civil brasileira como um espaço de luta e tensão entre diferentes classes sociais, com destaque para a relação entre a burguesia e as classes populares. Na visão do autor, a sociedade civil no Brasil é caracterizada por uma modernização conservadora, marcada por profundas desigualdades e pela manutenção de estruturas de poder que beneficiam a burguesia em detrimento das classes populares.

#### 4.1 Concepção de sociedade à luz dos documentos

Analisaremos agora o Estatuto do Sindiute, afim de identificar, por meio das disposições estatutárias, a existência de uma concepção de sociedade e de educação.

Informamos que tivemos acesso ao documento intitulado “Alteração ao Estatuto Social da União dos Trabalhadores em Educação do Ceará – UTE – DA DENOMINAÇÃO, DA COMPETÊNCIA – DA FINALIDADE”. O referido documento é composto por 151 artigos, dispostos em 8 títulos. Entre os títulos e artigos, destacaremos aqueles que contemplam nosso interesse nesta pesquisa.

O primeiro e o terceiro artigos trazem informações importantes para a nossa análise. O primeiro descreve a definição (denominação) da instituição, enquanto o terceiro fala dos fins. Vejamos a denominação (definição) do Sindiute,

Art. 1º - A União dos Trabalhadores em Educação do Ceará – UTE, [...] é sociedade civil de personalidade jurídica de direito privado, de caráter sindical, democrática, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária nem religiosa, **fundamentado nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Tratados Internacionais, Constituição Federal, Constituição Estadual, Leis Ordinárias Federais, Leis Estaduais, Lei Orgânica Municipal, leis ordinárias municipais**, com duração por prazo indeterminado, reger-se-á pelo presente Estatuto. (grifos do autor) Alteração ao Estatuto da UTE, 2015, p.2)

O artigo traz informações a partir das quais se pode inferir, pelo grifo, algumas noções de concepção de sociedade. Tomemos como parâmetro as concepções de sociedade contidas nos princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal.

A Organização Internacional do Trabalho é uma agência especializada das Nações Unidas, criada em 1919, que tem como objetivo promover a justiça social e garantir os

direitos trabalhistas em todo o mundo. Ela traz em suas convenções uma visão de sociedade fundamentada na justiça social, na dignidade humana e no respeito aos direitos laborais universais. Defende ainda princípios como a liberdade sindical, a igualdade de oportunidades e tratamento, e a eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado. Em resumo, essas são as delimitações da OIT; ou seja, oficialmente pode-se entendê-la como uma instituição importante e necessária para o andamento das questões trabalhistas no mundo.

Antunes (2009) destaca que, historicamente, a OIT trouxe importantes contribuições para estabelecer condições mínimas de trabalho internacionalmente. Para ele, “a OIT desempenhou um papel histórico fundamental ao estabelecer normas internacionais de trabalho que buscavam garantir condições mínimas de dignidade para os trabalhadores” (Antunes, 2009, p. 88). No entanto, o autor aponta as limitações dessa instituição no que se refere ao atendimento verdadeiro das demandas dos trabalhadores.

Antunes (2009) afirma que a natureza tripartite, composta por representantes dos governos, empregadores e trabalhadores, implica acordos que muitas vezes impedem mudanças significativas que desafiem a estrutura do capitalismo global. Segundo o autor, “a estrutura tripartite da OIT, embora democrática em sua composição, resulta muitas vezes em consensos que não são suficientemente fortes para enfrentar as desigualdades estruturais do capitalismo” (Antunes, 2009, p. 89).

Dessa forma, se analisarmos de forma mais crítica e fundamentada na realidade das relações trabalhistas impostas pelo sistema capitalista, concluiremos que tal agência atua conforme os acordos dos países que atualmente compõem o conjunto dos países imperialistas (países que exercem um poder de mando sobre outros, tanto econômico quanto militar). Assim, o contexto real dos trabalhadores do mundo demonstra a contradição entre o que está escrito na OIT e o que acontece na relação entre patrão e trabalhador.

Nessa esteira, vejamos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seus princípios, expressa sua concepção de sociedade. Em consonância com os artigos que constituem a Declaração, destacamos os artigos 1º, 2º, 3º e 7º. Nesses artigos, podemos perceber a concepção de sociedade contida nesse documento.

Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Artigo 2: - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Artigo 3: Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Artigo 7: Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer

discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, Art. 1º, 2º, 3º e 7º)

A DUDH foi criada após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), em 1948, e teve como premissa a garantia de que as atrocidades cometidas durante a guerra não se repetissem. Contudo, notamos em relação à Declaração a mesma consideração elaborada sobre a OIT, isto é, de forma oficial e teórica, há uma intenção de justiça social no sentido de garantir a dignidade da pessoa humana, sem discriminação. No entanto, tais princípios entram em confronto com os princípios de uma economia fundamentada no capitalismo, que prima pelo individualismo exacerbado e pela competição no ambiente de trabalho.

Tanto a criação da ONU quanto a da DUDH foram elaboradas com a participação principal dos países vencedores que também participaram da guerra, ou seja, que estiveram envolvidos nas atrocidades. Um exemplo disso foi o uso de armas nucleares pelos Estados Unidos contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Além disso, esses países (Estados Unidos, França, Reino Unido) sustentam um sistema econômico (capitalismo) que perpetra ações com aspectos de atrocidades ao promoverem desigualdades sociais entre os países.

De acordo com Santos (2002), “a DUDH representa um universalismo abstrato que se recusa a reconhecer as particularidades culturais e históricas das diferentes sociedades. Essa abordagem resulta na imposição de um modelo eurocêntrico de direitos humanos” (2002, p. 39). O autor argumenta ainda que os Direitos Humanos, nesses termos, configuram-se como um instrumento de dominação por parte das potências ocidentais: “os direitos humanos têm sido frequentemente usados como um instrumento de dominação, com as potências ocidentais empregando-os seletivamente para justificar intervenções políticas e militares em países do Sul Global” (Santos, 2002, p. 52).

Outro documento citado no Estatuto do Sindiute é a Constituição Federal do Brasil. Como já mencionamos, esse é um documento elaborado após um período de intensa repressão política e crise econômica. A lei maior do país ficou conhecida como a Constituição Cidadã por ter restabelecido e até avançado na garantia dos direitos sociais e civis. No que se refere à concepção de sociedade inerente à Constituição, é possível entender que, mesmo com toda a diversidade de ideologias que permeia a elaboração dessa lei, ela reflete uma abordagem democrática e inclusiva fundamentada na promoção da dignidade da pessoa humana, na cidadania, na igualdade e na justiça social.

Em seu artigo 5º, a Constituição defende a igualdade de todos perante a lei. O artigo 6º indica o respeito aos direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. Nos artigos 6º ao 11, há a afirmação da garantia dos direitos sociais, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à moradia (Brasil, 1988).

A partir dessa exposição sobre os documentos referenciados no Estatuto do Sindiute, podemos entender que esse sindicato preza pela justiça social, rejeitando a discriminação por raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, ou qualquer outra condição. Além disso, afirma que todos são iguais perante a lei e que todos, sem distinção, têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à educação, à saúde, ao trabalho e à moradia.

Com base no que expomos anteriormente, percebemos que os princípios contidos na Constituição sofrem influências dos filósofos que defendiam os direitos burgueses de propriedade privada, como Locke, e de liberdade, como Rousseau. No entanto, a crítica de Marx se mostra persistente até os dias atuais, enfatizando a luta de classes existente na dinâmica social e indicando que é necessário um movimento constante em direção à emancipação humana.

Outro artigo que nos traz informações relevantes é o terceiro, que trata da finalidade do sindicato (Capítulo III – DOS FINS). Em seus itens, menciona finalidades relacionadas à concepção de sociedade, como: “n) Lutar contra todas as formas de opressão, discriminação e exploração, e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro”.

A referência à luta "contra todas as formas de opressão, discriminação e exploração, bem como à prestação de irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo" aponta para uma possível concepção de sociedade, que é regida pela luta de classes. Assim, torna-se evidente a necessidade de ações que fortaleçam essa luta dos trabalhadores.

## **4.2 Concepção de educação à luz dos documentos**

Agora, vamos considerar como o Sindiute concebe a escola, se possui uma visão exclusiva sobre o tema e como essa concepção se reflete nas atividades sindicais. A educação, com suas dificuldades estruturais, necessita de um movimento constante, sistemático e direcionado para que suas demandas sejam atendidas. Apesar dos avanços desde a promulgação da Constituição Federal (1988), o sistema de escolarização ainda não atende

suficientemente às necessidades educativas da população escolarizável.

Concordamos que um sindicato, por ser uma instituição organizada, sistemática e diretiva, pode oferecer contribuições significativas para a melhoria e até a transformação social. No caso específico de um sindicato dos trabalhadores em educação, essa contribuição pode se dar tanto por meio das lutas tradicionais relacionadas a questões trabalhistas quanto por meio de questões específicas da função dos trabalhadores da educação.

Desenvolvemos, assim, uma perspectiva sobre as atividades do Sindiute, com a intenção de analisar os documentos e informações disponíveis para identificar em que medida o sindicato se preocupa com a questão da educação. Começaremos, então, pela análise do Estatuto do Sindiute.

Ao considerar o Estatuto, observamos que, de forma geral, há referências à representação e defesa dos direitos dos trabalhadores em educação municipal. Esse fato já era esperado, uma vez que são declarações que devem constar no documento. Vamos, portanto, destacar as passagens mais relevantes relacionadas à educação.

Selecionamos os principais trechos que abordam a educação em diversos pontos do Art. 3º, no Capítulo 3 (Dos fins).

a) Organizar, representar, defender politicamente, social e judicialmente os trabalhadores em educação municipal; b) Representar os trabalhadores em educação, profissionais do magistério, funcionários da educação, suporte pedagógico, supervisores escolares, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e demais trabalhadores lotados no âmbito da Secretaria de Educação de Fortaleza, distritos e unidades escolares, situados na base geográfica, compreendendo-se os da rede pública municipal de provimento efetivo ou temporário, ainda que deslocados de suas funções. (Alteração ao Estatuto da UTE, 2015, p. 2)

Ressaltamos, agora, quais pontos do Art. 3º podem ser considerados como relevantes em relação a melhoria ou transformação do contexto escolar.

c) Defender politicamente e juridicamente os filiados; [...] e) Lutar pela garantia de qualificação, atualização, aperfeiçoamento e especialização profissional, científica e cultural da categoria; [...] g) Promover a formação político-sindical dos associados, através de estudos, cursos, conferências, seminários e debates sobre a situação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, buscando sempre a melhoria da realidade municipal, estadual, federal e internacional; [...] i) Lutar em defesa de uma educação democrática e libertadora, de uma política educacional de interesse da classe trabalhadora, assim como pelo ensino público gratuito de boa qualidade para todos os níveis; j) Promover a organização da categoria por local de trabalho; l) Oportunizar o aperfeiçoamento, atualização científica, cultural e técnica dos seus associados; m) Colaborar como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria. (Alteração ao Estatuto da UTE, 2015, p. 2)

Em outros trechos, encontramos informações direcionadas à função do

trabalhador em educação, a exemplo dos parágrafos 1º e 3º, do Artigo 4º, do Capítulo I (Dos Filiados).

§1º Entende-se por trabalhadores em educação todos aqueles que exercem a função de docentes e de apoio à docência, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

§3º Aos professores e assistentes da educação infantil estagiários ou substitutos, que tiverem contrato com duração superior a três meses, é facultado o direito de ingressar no quadro de sindicalizados. (Alteração ao Estatuto da UTE, 2015, p. 2)



Considerando os parâmetros estabelecidos pelo Estatuto do Sindiute, percebe-se uma clara preocupação em representar e defender os direitos dos filiados, destacando também a importância da formação política, profissional, científica e cultural dos professores. O documento menciona entre suas finalidades a luta por uma “educação democrática e libertadora [...] assim como pelo ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis”. (Alteração ao Estatuto da UTE, 2015, p. 2) Esses são pontos relevantes no que diz respeito à formação docente, pois abordam aspectos essencialmente políticos.

A partir dessa conscientização sócio-política, os professores podem refletir sobre sua função social, revisando suas práticas pedagógicas com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem que fomente o desenvolvimento educacional com base em uma perspectiva histórica. Esse entendimento é coerente com a Pedagogia Histórico-Crítica. Como Saviani (2011, p. 79) afirma: “Em outros termos, o que eu quero traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo” (Saviani, 2011, p. 79).

#### **4.3 As resoluções do Congresso Municipal do Sindiute em 2022**

Analisaremos outro documento: as resoluções do Congresso Municipal de 2022, com o objetivo de identificar a concepção de sociedade e educação dessa instituição sindical. O documento apresenta uma análise da conjuntura social e política, tanto nacional quanto internacional. Em 2022, o mundo ainda enfrentava, de maneira bastante precária, a pandemia de covid-19. No Brasil, como já mencionamos, o cenário era marcado por uma grave crise sanitária, agravada por um governo de extrema-direita que minimizou a gravidade da situação. A resolução foi elaborada pela diretoria do Sindiute e serviu como texto-base para as discussões do Congresso.

O Congresso ocorreu de forma presencial na cidade de Fortaleza-CE, nos dias 21 e 22 de junho de 2022, e contou com a presença de mais de 500 servidores da educação. Durante o evento, Ana Cristina, presidente do Sindiute, destacou a intenção de debater a conjuntura nacional e internacional, as políticas educacionais e sindicais, realizar uma análise política das ações do sindicato e elaborar um novo plano de lutas<sup>19</sup>.

Com base no que está registrado na resolução do Congresso, elegemos alguns

---

<sup>19</sup> Fala extraída do sítio eletrônico do Sindiute. Disponível em: <https://sindiute.org.br/congresso-do-sindiute-reunira-mais-600-servidores-da-educacao-de-fortaleza/>. Acesso em: 6 maio 2024.

tópicos que consideramos relevantes para a nossa análise. Esses tópicos serão inicialmente expostos e comentados de forma resumida.

O documento, intitulado *Juntos pela educação pública, pela democracia e pelo Brasil*, está dividido em seis seções: 1. Conjuntura Internacional e Nacional; 2. Política Sindical; 3. Política Educacional; 4. Balanço Político do Sindiute; 5. Plano de Luta; e 6. Fora Bolsonaro.

Nos primeiros tópicos, que abordam a conjuntura nacional e internacional, há a afirmação de que o sistema capitalista aproveitou a pandemia para atacar os direitos trabalhistas, reduzindo os custos do trabalho, ampliando a exploração e a concentração de riqueza. Esse trecho evidencia uma crítica ao sistema econômico-financeiro vigente no mundo. A partir desse posicionamento, podemos afirmar que a diretoria do Sindiute, de forma teórica e oficial, confirma seu compromisso em contrapor o *status quo* econômico que subjuga a classe trabalhadora.

Há também a indicação de que os órgãos internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), foram “capturados pelo grande capital financeiro global” (Congresso do Sindiute, 2022, p. 8), exercendo assim pressão sobre os governos dos países para que adotem políticas de austeridade fiscal. Desse modo, dá-se avanço ao neoliberalismo no campo econômico, que incide na ascensão da direita no mundo.

No entanto, a afirmação de que houve uma “captura” desses órgãos, como a OMC, não está totalmente clara no documento. Fica a dúvida para o leitor: acreditam que a OMC seria favorável aos trabalhadores se não fosse capturada pelo “grande capital financeiro”? O uso da palavra “captura” carrega uma conotação que sugere que a OMC teria seus princípios transformados de maneira compulsória pelo capital financeiro. Contudo, é importante destacar que essa instituição foi idealizada a partir do sistema capitalista e está fundamentada em suas diretrizes econômicas e sociais.

O autor Ricardo Antunes, em sua obra *O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital*, apresenta uma crítica abrangente à Organização Mundial do Comércio (OMC), destacando como a instituição está no centro da exploração capitalista, da desigualdade social e da concentração do poder econômico. Antunes argumenta que a OMC promove um modelo de globalização que intensifica a exploração dos trabalhadores, especialmente nos países em desenvolvimento. Ele aponta que a precarização do trabalho e os baixos salários são consequências diretas dessa liberalização do comércio.

Ele afirma que a competição em nível global leva as empresas a reduzir custos, muitas vezes às custas dos direitos trabalhistas e das condições de trabalho decentes. Segundo ele, “a globalização neoliberal, promovida por instituições como a OMC, impõe uma lógica de flexibilização e precarização do trabalho que beneficia apenas o capital” (Antunes, 2018, p. 45).

Desde sua criação, a OMC traz em seus princípios a exploração e precarização do trabalho, a desigualdade global, a perda de soberania dos Estados, além de impactos adversos sobre os trabalhadores e o meio ambiente. Desse modo, entendemos que, mesmo com alguma mudança advinda da financeirização da economia, esse órgão criado pelos países desenvolvidos (imperialistas) já guardava os fundamentos do capitalismo.

Seguindo na análise do documento, há também a abordagem do processo ocorrido em 2016, de destituição de poder da então presidente Dilma Rousseff, afirmando que foi um golpe: “[...] Após o golpe de 2016, apoiado por setores empresariais, políticos, midiáticos e do poder judiciário, vemos agora o atual governo abrir mão da soberania nacional e se desfazer de empresas e outras riquezas estratégicas para o país” (Congresso do Sindiute 2022 p. 10). Em outra asserção, temos a defesa do projeto de desenvolvimento exercido pelo Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2003 a 2015.

Em que pese a estrutura tributária-distributiva da riqueza nacional ter sido pouco alterada no período de seu governo, as políticas de redução da pobreza e das desigualdades, de garantia de direitos e de ampla participação popular marcaram um período no Brasil de notável avanço social e econômico entre 2003 e 2015, o que garantiu a vitória desse projeto por 4 eleições sucessivas. (Congresso do Sindiute 2022 p. 11)

Encontramos, ainda, uma crítica ao processo de privatização realizado no país,

Os interesses privatistas se manifestam pela ampliação dos processos de mercantilização desses bens: recursos públicos que antes financiavam equipamentos públicos passam para mãos privadas por meio de vários procedimentos e desenhos políticos institucionais, como as concessões, as parcerias público-privadas e o incremento da retração dos gastos públicos. (Congresso do Sindiute 2022 p. 12)

O documento aponta também que o governo Bolsonaro, com sua política de austeridade fiscal e financeirização do Estado, gerou grandes índices de desemprego e miséria.

Ao desenvolver reflexões sobre política sindical, temos, logo de início, o problema da terceirização dos serviços educacionais na rede pública de ensino. O documento cita a Reforma Trabalhista como fator determinante, afirmando que “[...] o objetivo se pauta na economia financeira das contratações, passando por cima do pressuposto de qualidade [...]”

(Congresso do Sindiute 2022 p. 17). A contratação precária efetuada a partir desse objetivo significa a não inserção no plano de carreiras, salários inferiores, ou seja, esses trabalhadores não gozam dos mesmos direitos.

Vejamos o tópico 4 dessa seção, que descreve a defesa do Sindiute no que diz respeito à política sindical.

4 - A nossa defesa é pela qualificação e valorização do trabalho escolar e pelo direito de todos terem garantida a sua representação sindical, buscando superar a exploração imposta por vínculos precários de trabalho. Neste sentido, o movimento sindical da educação deve lutar por uma representação sindical ampla e arejada. É fundamental que o SINDIUTE faça a discussão de inserir e aumentar em sua representação os professores com vínculos precários, acolhendo as pautas e reivindicações desse segmento, sem, contudo, abrir mão da luta pela valorização da carreira e pela realização permanente de concursos públicos para todas as áreas da escola. (Congresso do Sindiute 2022 p. 18)

Sobre a situação da organização sindical no Brasil, pelo que está escrito na resolução, o Sindiute acredita que, atualmente, a instituição sindical, de modo geral, tem sofrido grandes ataques, de forma que o poder de resposta precisa ser maior. Aponta que, em consequência do fim repentino do “Imposto Sindical” e da dissolução de categorias profissionais em decorrência das terceirizações setoriais, além da realização de contratos desvinculados dos empregadores, os sindicatos veem seu contingente diminuir.

Como reação a esses ataques, o documento coloca que

[...] A união da classe trabalhadora é fundamental neste momento difícil que o país e o mundo atravessam. 9 - A nossa representação sindical será mais forte quanto mais ampla e abrangente ela conseguir ser. Todos somos trabalhadores em educação. [...] A representação sindical dos trabalhadores em educação deve fortalecer o modelo de sindicalismo sócio-político enraizado e inserido integralmente nas lutas democráticas mais amplas. Esse é o principal antídoto contra as facilidades de representação via um sindicalismo meramente de resultado. (Congresso do Sindiute 2022 p. 20)

Na resolução, há a confirmação de que, para que o Sindiute amplie suas bases, é necessária a ampliação de diversas bandeiras na sociedade.

[...] é fundamental que as nossas representações sindicais mantenham e ampliem as lutas e bandeiras das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos trabalhadores LGBTQIAP+, dos portadores de deficiência e dos aposentados. Só quando acolhermos em nossas representações as especificidades de cada grupo que compõe a nossa categoria será possível ampliar ainda mais a sindicalização na base. (Congresso do Sindiute 2022 p. 21)

Em outra passagem, há uma descrição acerca das intenções do Sindiute.

A representatividade sindical do SINDIUTE se consolidará quando ela assumir as lutas gerais da sociedade e da classe trabalhadora. Devemos nos voltar para as ruas, bairros e periferias de Fortaleza, reforçando o protagonismo político e social de nossa organização nos locais em que vivemos. Por isso, fundamental manter a

filiação à CUT, maior central sindical brasileira e à CNTE, que congrega a maior parte das entidades sindicais de educadores no Brasil. (Congresso do Sindiute 2022 p. 21)

No tópico 3 da seção que trata do balanço político do Sindiute, encontramos a menção de quatro pilares que norteiam as ações deste sindicato:

Internamente, o Sindiute, a cada ano, se aperfeiçoa, com um sindicalismo respaldado em pilares como: ORGANIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO, FORMAÇÃO e LUTAS, para dar conta da conjuntura que exigia o fortalecimento do sindicato na luta pela democracia” (Congresso do Sindiute 2022 p. 35, grifo do autor).

Nesse trecho, há um destaque para a política que criou o Conselho de Representantes em 2016, o qual é composto por um representante de cada escola, somando 608 unidades. Como complemento dessa mesma política, iniciou-se, ainda em 2016, o processo formativo das lideranças do chão da escola: “[...] É como se a cada mês um minicongresso fosse realizado” (Congresso do Sindiute 2022 p. 36).

Sobre a comunicação, o documento registra que a ampliação da assessoria de comunicação e o investimento em propagandas, especialmente durante a pandemia, ocasião em que foi lançada a campanha “Escola sem vacina é chacina”, tiveram um retorno muito positivo, tendo a cidade de Fortaleza sido referência no ensino remoto pelo *WhatsApp*. Acerca do problema do ensino remoto no que se refere à sua eficiência, consideramos que tal processo, antes de tudo, representou um momento de ensino precário, na medida em que não contemplava a realidade socioeconômica da maioria dos alunos da rede pública. Assim, entendemos que, nesse sentido, o ensino pelo *WhatsApp* representou, na realidade, um método paliativo que não atendeu de forma efetiva a todos os alunos.

No que se refere às lutas com participação da base, a resolução cita a presença dos trabalhadores em educação nos movimentos de rua: “[...] O SINDIUTE esteve presente em todas as manifestações de rua em Fortaleza, sempre reconhecido enquanto entidade com amplo poder de mobilização, que tem registrado presença massiva nas ruas do Ceará” (Congresso do Sindiute 2022 p. 39).

No que se refere à Resolução do Congresso Municipal, as informações que tratam especificamente dos aspectos da educação estão concentradas no tópico “Política Educacional”. Esse trecho destaca a influência da pandemia na disseminação das plataformas digitais nas escolas, ressaltando as dificuldades enfrentadas por educadores, estudantes e familiares, especialmente nas redes públicas, devido à falta de equipamentos e à conexão à internet. Além disso, menciona a expansão da oferta digital de ensino por meio de plataformas, a reforma do ensino médio, que prevê parte da oferta curricular à distância, e a proposta de Diretrizes Gerais sobre Aprendizagem Híbrida.

O documento ainda critica a implementação de um sistema híbrido permanente na educação básica, destacando a importância da escola como espaço de formação cidadã, pluralismo de ideias e o papel dos educadores. Também menciona a militarização das escolas proposta pelo governo Bolsonaro, que visa transferir a gestão administrativa e pedagógica de escolas civis para as forças militares, enfatizando a luta em defesa da escola pública e não militarizada.

O texto inicia fazendo referência aos ataques à educação no ano de 2022. Destaca que houve retrocessos em relação aos direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988 e afirma que o retrocesso tem o intuito de abrir espaço aos interesses do mercado empresarial, por meio de concessões e/ou parcerias público-privadas: “A educação básica, hoje, é a maior vítima desse processo de desmonte da participação do setor público na política educacional” (Congresso Sindiute 2022 – Resoluções – Articulação, p. 23).

Na última seção, “Plano de luta – Fora Bolsonaro”, há uma afirmação que exalta a democracia, a vida, os direitos da população e da classe trabalhadora. Nesta seção, o documento informa quais são as pautas de luta decorrentes do desmonte ocorrido no campo educacional, implementado pelo governo de Bolsonaro.

Entre elas, estão a imposição da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), a revogação da EC 95, bem como a luta pelo cumprimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação de 2001), principalmente na meta que trata do aumento percentual de investimento nacional em educação para 7% do PIB, que na época foi vetada. Também destacam-se o favorecimento à profissionalização dos funcionários das escolas, a defesa do serviço público com concurso, a revogação da reforma da previdência e a devolução do abono dos aposentados, a revogação da reforma trabalhista e a defesa do piso salarial nacional, da hora-atividade e do índice de reajuste pelo custo aluno.

No final da resolução, há a descrição de pautas que fazem parte da plataforma política do Sindiute. São elas: não abrir mão do precatório do Fundef e ampliar direitos – nenhum direito a menos.

A resolução do Congresso Municipal do Sindiute foi realizada no ano de 2022, último ano do governo de Bolsonaro. Foi possível perceber que muitas das pautas eleitas refletiam as consequências dos ataques políticos, sociais e econômicos perpetrados pelo então Presidente da República. As reivindicações elencadas e as ações políticas elaboradas e concretizadas pelo Sindiute demonstram o quanto a classe trabalhadora sofreu perdas significativas nesse período.

Consideramos ainda importante destacar a participação de um grupo de

professores que elaborou outra resolução com a finalidade de ser apresentada no referido Congresso. Esclarecemos que o Congresso do Sindiute, do qual resultou a resolução assinada pela corrente política “Articulação Sindical”, também teve a elaboração de outra resolução, cujo título é “Sindiute Independente, Democrático e de Luta”, assinada por outro grupo de professores. Desse modo, faremos uma comparação dos principais pontos que diferenciam os dois documentos.

O primeiro contraponto apresentado logo na nota prévia da segunda resolução diz respeito ao formato e à execução do Congresso. O documento indica que há divergências quanto aos critérios e afirma que, em um evento importante como esse, é necessário que haja um amplo espaço para discussões de ideias.

A contribuição ao debate “SINDIUTE Independente, Democrático e de luta” registra inicialmente que diverge do formato como este Congresso do Sindiute foi organizado quanto aos seus critérios. Um Congresso, instância máxima do sindicato, deve ser uma oportunidade para um amplo debate de ideias com o fim de aperfeiçoar nossa organização e potencializar nossa luta, para o que seria necessário a eleição de delegados para o fim exclusivo de participação no evento, com base no debate em cada escola. Estimamos que o formato deste Congresso seja apenas extraordinário em função da situação provocada pela pandemia e que o próximo seja realizado segundo os termos dos Estatutos do sindicato (Congresso do Sindiute 2022 p. 3)

Outra passagem relevante é a problemática posta à educação brasileira no período da pandemia: o ensino remoto e o fortalecimento da ideia de ensino domiciliar, ao que responde a referida resolução,

O Congresso Nacional, não bastasse a eterna ameaça da Educação à distância, acaba de votar na câmara baixa o *homeschooling*, uma maneira sórdida de destruir a escolarização pública, laica, democrática, e impedir a interação social de professores com as crianças e as famílias. Ficaria a escolarização às expensas de grandes grupos tecnológicos empresariais que roubariam assim para seus cofres a arrecadação pública, os custeios financeiros e orçamento da escola pública para seu barganho. (Congresso do Sindiute 2022 p. 13)

Diante desta exposição, o grupo de professores que compõe a segunda resolução expressa, como proposta ao Sindiute, o combate veemente ao projeto de Lei 2.401/2019 (ensino domiciliar), que tramita no Senado. Este grupo também aponta que é necessária uma total independência do sindicato em relação ao governo municipal e à Secretaria de Educação e solicita que as assembleias deliberativas sejam realizadas de modo presencial. Além disso, exige “o reestabelecimento do Congresso com delegados eleitos exclusivamente para ele, na base de contribuições escritas dos membros da categoria, conforme reza o Estatuto” (Congresso do Sindiute 2022 p. 20).

Ao compararmos os dois documentos, é possível perceber que, em muitos pontos,

as lutas são as mesmas. No entanto, existem algumas discordâncias que consideramos relevantes do ponto de vista ideológico, como no caso da realização do Congresso, que deveria acontecer de forma a conceder mais espaço para a base do sindicato. De acordo com as colocações da segunda resolução, tal evento ocorreu à revelia de alguns anseios existentes entre os profissionais da educação que compõem a base.

Notamos ainda que, sobre o ensino remoto adotado durante a pandemia, a corrente “Articulação Sindical” exaltou o fato de que a cidade de Fortaleza foi referência no ensino remoto pelo aplicativo *WhatsApp*. Esse fato pode ser considerado, a princípio, uma alternativa ao ensino presencial, que pode se caracterizar como parte da ideia do ensino domiciliar. De outra forma, o grupo “Sindiute Independente” ressaltou a preocupação com o fortalecimento da ideia do ensino domiciliar, que ainda hoje representa uma ameaça à educação pública.

Outro ponto importante diz respeito à colocação de que deve ser mantida completa independência em relação ao governo municipal e à Secretaria de Educação. Ao exigirem essa independência, podemos entender que, em alguma medida, as decisões tomadas pela direção do Sindiute podem estar alinhadas com os setores da gestão municipal. Há ainda uma crítica ao uso de reuniões deliberativas realizadas de forma virtual, ou seja, por videoconferência. A resolução reivindica que esse tipo de reunião seja feito de forma presencial, uma vez que o formato virtual não seria adequado para contemplar a concretude e a totalidade das demandas da base.

Em resumo, notamos que alguns contrapontos apresentados pelo grupo da segunda resolução indicam não apenas divergências ideológicas, mas também apontam para uma prática sindical que reflete um determinado modo de conceber a sociedade.

#### **4.4 Concepção de sociedade a partir da fala de integrantes do Sindiute**

Procedemos à realização de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, cujo roteiro (Apêndice A) foi elaborado com a intenção de analisar a concepção de sociedade e educação a partir da experiência dos integrantes do Sindiute. O roteiro foi dividido em dois blocos: o primeiro focado em dados de identificação dos entrevistados e o segundo abordando questões relacionadas aos interesses da pesquisa.

Agora, pretendemos apresentar as percepções e impressões obtidas nas entrevistas realizadas com membros da diretoria do Sindiute. As entrevistas foram conduzidas de forma presencial nos dias 11 de abril, 3 e 9 de julho de 2024, com os seguintes participantes: Gardênia Pereira Baima (Diretora/Secretaria de Finanças), John Weyne (Diretor do Setor de



Saúde do Trabalhador), Ana Cristina Guilherme (Presidente do Sindiute) e Antonimar de Sousa Catunda (Diretor do Setor de Relações Internacionais). Julgamos pertinente discorrer, a partir da fala dos entrevistados, como foram as suas respectivas trajetórias nas atividades sindicais do referido sindicato.

O percurso histórico da entrada de Gardênia Baima no movimento social dos professores foi marcado por lutas reivindicativas relacionadas aos direitos trabalhistas de sua categoria. De acordo com o relato da entrevistada, o movimento que se destacou como seu batismo nesse contexto de lutas políticas foi o evento ocorrido na década de 1980, quando o país se libertava, pelo menos formalmente, dos governos militares, dando início a um período de governança civil. O ambiente político e econômico estabelecido em Fortaleza, nessa época, não era diferente.

Em 1982, inicia-se um movimento de professores das escolas do bairro Conjunto José Walter, ano em que Gardênia se inseriu na Rede Municipal de Ensino. A professora, que já trazia a experiência do movimento estudantil acadêmico ao participar das atividades do Centro Acadêmico Patativa do Assaré, engajou-se decididamente nessa nova empreitada de luta política organizada. Na ocasião, os professores começaram a expressar a necessidade de expandir suas ações para além das orientações e direcionamentos dados pela APEOC, que, segundo a entrevistada, estava voltada a organizar os professores do Estado e, posteriormente, resolveu agrupar os professores do município.

Nas palavras da professora Gardênia,

Então eu já tinha essa vivência, já tinha experimentado a militância e quando eu cheguei na Prefeitura de Fortaleza, em 1982, mais precisamente em maio, paralisação, uma greve, estava se iniciando, um movimento na rede municipal de ensino para a construção da organização que fosse para além do que já havia antes, que era uma associação de professores, hoje a APEOC. Então a APEOC sempre teve uma tradição muito mais para organizar os servidores estaduais, e os professores municipais, pode ser até que geograficamente isso favorecesse, resolveram se agrupar. Então, mais especificamente onde eu trabalhava, onde eu me apresentei para trabalhar na Rede, que foi na escola Raquel de Queiroz, ali no Conjunto José Valter, lá nós tínhamos 9 escolas da Rede Municipal integradas. De fato foi uma experiência interessante porque todo o movimento grevista no município de Fortaleza teve início ali. Aquelas escolas se reuniram e constituíram esse movimento. Esse movimento deu origem ao movimento de oposição.

As 12 perguntas foram estruturadas para que o entrevistado pudesse revelar, por meio de suas percepções e práticas sindicais, como entende que o Sindiute tem direcionado suas ações especificamente para o bom andamento das escolas públicas. Destacaremos, então, algumas perguntas relacionadas à concepção de sociedade.

Duas questões abordam diretamente essa temática: 10 – De acordo com a sua vivência no sindicato, qual a concepção de sociedade defendida por essa instituição?; 12 – Durante os anos de 2016 a 2022 a educação pública no Brasil passou por mudanças. Tivemos os cortes de investimentos (EC 95), instituição da BNCC, militarização de algumas escolas públicas, projetos de lei do Escola sem Partido e as mudanças no Ensino Médio. Quais ações ou pautas o Sindiute assumiu diante das mudanças no período de 2016 a 2022?

Analisemos, então, a resposta de Gardênia Baima sobre a concepção de sociedade do Sindiute:

Olha, o nosso sindicato tem o Estatuto e, no Estatuto está escrito que somos apartidários. Então, somos um sindicato que cabe todo mundo. Cabe toda a teologia, quem tem religião e quem não tem. Se for trabalhador em educação da rede municipal cabe aqui dentro. Então, assim, nós não temos, enquanto sindicato, uma ideologia voltada ou uma ideologia permanente. O que nós temos é a compreensão do mundo. Fazemos a discussão da conjuntura.

Percebemos que a entrevistada relacionou a questão da concepção de sociedade com a ideia de determinadas ideologias, afirmando que o sindicato é apartidário. Isso significa que, independentemente das ideologias que regem os diferentes partidos, o sindicato se posiciona de forma autônoma, acolhendo as diversas visões que podem surgir do conjunto de sua base. Com base nessa fala, é possível cogitar que, de forma inicial, o Sindiute adota uma política voltada a abranger variadas concepções de sociedade, fundamentada no princípio democrático.

Gardênia aponta que

É a partir daí, geralmente com um pensamento mais progressista, porque o sindicato tem seus limites, nós avançamos para além do nosso estatuto, para além da nossa pauta de negociação, para além das nossas atividades corporativas, nós avançamos para a compreensão de uma sociedade que caiba a escola como nós desejamos, a escola democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada, então, esse debate nós fazemos. E claro, convivemos, enquanto sindicato, com uma base que vem de várias origens e matizes ideológicos [...].

A entrevistada afirma que o sindicato, de forma geral, possui “um pensamento mais progressista”. Baseando-se nessa fala, podemos entender que, em casos específicos, o Sindiute pode adotar posições que contradizem os princípios progressistas. Em seguida, a frase “porque o sindicato tem seus limites” indica que, em certas ações ou posições, a interferência sindical pode mostrar-se impossibilitada de exercer seu papel em favor da categoria.

Para justificar as circunstâncias em que agem de forma progressista, a professora relata que há momentos em que avançam além do Estatuto, da pauta de negociação e das

atividades corporativas, “[...] na direção da luta pela compreensão de uma sociedade que caiba a ‘escola democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada’”. Percebe-se que, de forma tangencial, a entrevistada oferece uma ideia de sociedade ao mencionar princípios como democracia e laicidade.

Não está claro qual é a qualidade dessa democracia mencionada, pois entendemos que a democracia pautada no modo de vida capitalista, ao qual estamos inseridos, encontra-se em contradição, considerando que a maioria do povo não tem assegurados seus direitos primordiais, como segurança alimentar, moradia, trabalho, educação e saúde. Assim, as ações do sindicato são estruturadas de acordo com algumas circunstâncias e determinados interesses. A dinâmica é caracterizada por momentos em que as ações serão paralisadas ao deparar-se com certos limites; porém, em outros momentos, o que prevalecerá será a força da mobilização dos trabalhadores.

De acordo com as elaborações teóricas de Marx, uma democracia com as características do sistema capitalista está a serviço da classe burguesa, que desenvolve estratégias para manter o poder em suas mãos, enquanto a classe trabalhadora permanece na condição de alienação e exploração econômica. Marx afirma que a verdadeira democracia seria alcançada com a abolição das relações de produção capitalista e a criação de uma sociedade sem classes. Com base nesse entendimento, uma democracia genuína implicaria a participação direta dos trabalhadores na gestão dos meios de produção e na direção política da sociedade.

Em outra fala, Gardênia declara:

Achamos importante que os professores entendam que existe sindicato e partido. O partido é uma parte da sociedade com determinado pensamento, por isso o nome partido, é uma parte. E aqui no sindicato nós temos que reunir o todo. Então, é claro que nós fazemos alguns debates[...] Nós temos várias origens de militantes, temos professores que são anarquistas, temos professores que são marxistas, professores que são trotskistas, professores que são leninistas, e os professores que nunca tiveram essa experiência e nunca tiveram esse debate. Então, nós tentamos agrupar todo mundo, cada um fala da sua experiência, do que estudou, do que pôde experimentar na vida a partir dessas vivências e assim vamos convivendo com uma categoria unificada.

Percebemos, mais uma vez, que há uma preocupação em acolher diferentes concepções e ideologias sociopolíticas com a intenção de fortalecer a unidade da categoria e valorizar o aspecto democrático. Contudo, não percebemos, pelo menos de forma clara, se o Sindiute possui uma concepção de sociedade definida, uma vez que a entrevistada elaborou uma resposta que indicou que esse sindicato não tem uma única concepção preconcebida. Assim, gostaríamos de expor dois pontos de vista acerca dessa dimensão adotada pelo

Sindiute.

A fala da entrevistada indica que ela acredita que acolher diferentes visões de sociedade pode beneficiar a manutenção da unidade entre os trabalhadores, evitando divergências maiores com a direção sindical. Isso porque, ao assumir uma única visão de sociedade como norteadora das ações e decisões do sindicato, pode-se criar um ambiente de embates internos e resultar em distanciamento da base.

Por outro lado, a decisão de adotar uma concepção exclusiva pode, segundo Antunes (2002), ser viável desde que o corpo de gestores do sindicato se dedique a implementar, junto à base, algumas estratégias necessárias em busca de unidade. Entre essas estratégias, destacam-se a aproximação da direção com a base, de forma que as decisões sejam tomadas coletivamente e a promoção de formação política e sindical por meio de seminários, congressos e palestras, visando influenciar a visão dos trabalhadores.

Sobre a tomada de decisões serem coletivas, podemos entender, por meio dos dados coletados, tanto documentais quanto nas opiniões dos entrevistados, que o Sindiute realiza reuniões mensais com os representantes de escolas em formato de seminários, e algumas vezes essas reuniões assumem caráter de assembleia. Assim, uma formação de base já ocorre, levantando a questão sobre a conscientização ideológica que poderia ser promovida.

Seguindo com a análise das entrevistas, tivemos a oportunidade de conversar com outro integrante do quadro de dirigentes do Sindiute. John Weyne, atualmente (2024), ocupa o cargo de diretor do setor de saúde do trabalhador. A entrevista foi realizada em 11 de abril de 2024, na sede do Sindiute. John é formado inicialmente em História e possui mestrado em Educação. Ele nos relatou que assumiu a vaga de professor da Rede Municipal em 2016 e que, no mesmo ano, iniciou suas atividades no Sindiute.

John destacou que o contexto era de greve, tendo como uma das pautas principais a suplementação da carga horária de 100 para 200 horas. Ele mesmo estava envolvido nesse processo, pois sua carga horária era de 100 horas, o que resultava em salários baixos, desconsiderando o nível de formação superior dos professores.

Ele contou que já exercia algumas atividades de militância política antes de se filiar ao Partido dos Trabalhadores e que sentiu essa necessidade em razão do momento de turbulência política e econômica pelo qual o Brasil passava, especialmente durante o contexto do golpe de 2016. No ano de 2018, tornou-se representante sindical até chegar à diretoria em 2020. Atualmente, ele ocupa a posição de diretor liberado, o que significa que está dispensado de suas atividades como professor da Rede para se dedicar exclusivamente às atividades do sindicato.

Acerca da concepção de sociedade, John respondeu que, em sua visão, o horizonte de sociedade do Sindiute é o horizonte socialista. Em sua fala, ele afirma que não é possível que exista um sindicato responsável por fundar a classe trabalhadora sem um horizonte socialista.

Falar aqui por mim. Eu considero que o horizonte que a gente tem como sociedade é o horizonte socialista. Não dá para ter um sindicato atuante que deve fundar a classe trabalhadora verdadeiramente, que não seja só um prédio, se a gente não tiver o horizonte de transformação social. Então, assim, nosso horizonte, que é uma tradição, uma tradição que nós temos, é a tradição socialista. Então, assim, todos os marxistas são muito bem-vindos ao sindicato.

Em seguida, afirma que não só os marxistas, mas todos que são anticapitalistas.

Obviamente não só os marxistas, mas todo mundo que seja anticapitalista é bem-vindo a militar e, a gente precisa dessa militância orgânica para ter outra perspectiva de sociedade. Agora a gente fala que nesse mundo de ebulição global, de precarização do trabalho, de guerra, se a gente não tiver o horizonte do socialismo no século XXII, possivelmente a gente nem chegue ao século XXIII. Então isso é o que nos dá força para lutar.

Percebemos que o entrevistado trouxe uma resposta mais clara e definida sobre a visão de sociedade do sindicato. Ele relata que, em sua percepção e visão de sociedade, acredita que o Sindiute, de forma geral, assume uma concepção de sociedade com um horizonte socialista. Na sua opinião, isso não poderia ser diferente, considerando que a responsabilidade do sindicato diante da classe trabalhadora é organizar essa classe de modo a avançar em suas reivindicações.

Na sequência da apresentação dos dados coletados nas entrevistas, continuaremos nossa análise sobre as concepções do Sindiute em relação à sociedade e à educação. Entrevistamos a atual presidente do sindicato, Ana Cristina Guilherme. A entrevista ocorreu na sede do Sindiute, no dia 3 de julho de 2024. Ana Cristina é natural de Manaus – AM e possui mestrado em Educação Especial. Em relação à sua trajetória no Sindiute, ela conta que ingressou como professora na Secretaria Municipal de Fortaleza por meio de concurso em 1994.

A entrada de Ana Cristina no Sindiute, em 2008, foi marcada por uma experiência pessoal significativa. Ela sofreu um assalto que resultou na morte de uma amiga que a acompanhava. Nas palavras da entrevistada, esse evento teve como consequência um transtorno de estresse pós-traumático. Diante dessa situação, ela sentiu a necessidade de fazer algo novo que pudesse ajudá-la a superar as repercussões de tal experiência.

E porquê que eu vim para o sindicato? Eu fui assaltada em 2005, e mataram a minha amiga que estava comigo no carro. [...] eu não quis licença, porque eu

achava que se eu tivesse licença, eu não voltava [sic] mais, mas sabia que eu tinha que enfrentar o medo, que essa dor era minha e que eu tinha que ir pra frente, não podia parar, né? Tinha que ir, e se eu ficasse em casa, ia ser mais difícil. [...] Mas eu estava nessa história do pós -trauma. E aí eu achei que era uma coisa nova na vida. Eu quero. Nem pensei duas vezes.

Junto à experiência da fatalidade, Ana Cristina relata que refletiu sobre o ocorrido, constatando que o autor do assalto e assassinato havia sido seu aluno quando criança. A partir dessa percepção, surgiu nela o desejo de fazer algo como professora para, de alguma forma, evitar que crianças da periferia enveredassem pelo caminho da criminalidade.

Porque o aluno que matou era da área. Ele tinha sido meu aluno quando pequeno, entendeu? E aí eu passo por um processo. Será que é essa educação? Todos esses assassinos passam por uma escola. Não reverteu nada na vida dessas pessoas. O que é que a gente está fazendo aqui? Isso aqui, né? Não serve nem para humanizar. Precisava matar, né? Então assim, passei por muitas crises. [...] Mas eu sei que eu estou viva. E se eu sou da educação, tem um porquê. Então vai ver que eu fiquei viva para fazer alguma coisa nessa educação.

Outro fato destacado pela entrevistada ao abordar sua trajetória no Sindiute foi o momento de crise que resultou na divisão do grupo. Ela explica que, a partir dessa cisão, decidiu se posicionar ao lado da professora Gardênia. Desde então, passou a participar da chapa organizada por Gardênia e, juntas, conseguiram se eleger para atuar como dirigentes do sindicato.

No que se refere à concepção de sociedade assumida pelo Sindiute, a presidente do sindicato destacou que essa concepção é o socialismo. Alguns pontos da fala da entrevistada apontam para a ideia de uma sociedade ideal, que seria regida por um sistema socialista, por exemplo, ao falar da importância da participação de alunos e pais na campanha salarial pela valorização do piso. Ana Cristina afirma:

Se os pais entram então eles têm a atenção de exigir uma escola de qualidade. [...] A gente vai ter que trazer essa comunidade para essa discussão. Por que? Porque não é só o time do serviço público. Então, a gente precisa fazer essa discussão com os pais, que, por exemplo, não está sendo proposto aumentar o orçamento da educação. E se não aumentar o orçamento da educação, a educação não tem condição de ter qualidade. Dizer que estão pegando esse mesmo orçamento e entregando para a iniciativa privada. E perguntar: vai ficar melhor o pior, né? Que é o que os pais precisam entender.

Em outra passagem, Ana Cristina afirma: “Então, para você defender uma escola pública de qualidade, como a gente entende, né? É um mundo com justiça social. Isso precisa ser luta”. Dessa fala, depreende-se que há a compreensão de que é por meio da luta que se pode alcançar uma sociedade com justiça social.

Agora, vamos examinar a resposta de outro integrante da diretoria do Sindiute. Antonimar de Sousa Catunda é atualmente um dos diretores do Sindiute e também atua como

professor da educação básica. Sua entrada no Sindiute ocorreu logo que ele ingressou na Rede Pública de Ensino do Município de Fortaleza-CE, em 2001. O contexto de sua entrada também era de greve. Antonimar possui licenciatura em Pedagogia, História e Geografia.

Ao ser questionado sobre o papel do Sindiute na educação escolar pública, o entrevistado esboça uma relação entre a escola, o Sindiute e a sociedade na perspectiva de Paulo Freire. Ele afirma que o grande papel é “fazer com que essa leitura de mundo seja aperfeiçoada através dos códigos para a leitura da palavra propriamente dita”.

O entrevistado destaca que a função principal do sindicato é organizar os trabalhadores. No entanto, as atividades realizadas se aproximam das demandas específicas da educação. Ele ressalta que as pautas das campanhas salariais são amplas e contemplam as reivindicações relacionadas à educação.

Todos os anos a gente faz a pauta da campanha salarial, e a gente pensa que campanha salarial se confunde só com o salário do professor e, quando você abre a pauta da campanha salarial, ela traz toda uma conjuntura de educação. Porque quando a gente está falando da campanha salarial a gente vai ver educação inclusiva, pauta LGBTQIA+, A gente vê a merenda escolar, a gente vê os processos de ensino e aprendizagem, a gente vê a formação docente, a gente vê a questão de uma escola democrática, de luta. Então, tudo isso é uma construção coletiva. E a gente, no final, esbarra em uma pauta do campo mais salarial, que é na verdade o processo final. Então, quando a gente luta pela educação pública de qualidade, a gente entende que para isso o professor precisa ser bem remunerado. Então assim, a pauta da campanha salarial diz tudo. Então, quando a gente abre o livro da campanha salarial, a gente navega por todas as vertentes da educação. Então, ela está muito ligada à questão da qualidade do ensino.

Na sequência, perguntamos sobre a concepção de sociedade. Antonimar afirma que o Sindiute defende uma “sociedade mais justa, igualitária, humanitária e compreensiva, que possa desfrutar dos meios que a educação oferece. Então, é isso que a gente defende: uma sociedade mais justa para que todos tenham acesso”.

De acordo com as respostas do entrevistado, é possível cogitar qual seria a concepção de sociedade do Sindiute, na opinião dele. Tanto na resposta sobre o papel do sindicato na educação pública quanto sobre o ideal de sociedade, ele traz aspectos que estão alinhados com o que acredita ser uma sociedade justa. Ao afirmar que o Sindiute defende uma ideia de sociedade com justiça social, igualdade, humanidade e compreensão, podemos entender que, com base em sua vivência na dinâmica sindical do Sindiute enquanto diretor, a percepção que ele tem é a de que esse sindicato persegue valores característicos de uma sociedade com igualdade e justiça social.

#### **4.5 Concepção de educação a partir da fala de integrantes do Sindiute**

Nesse tópico, procuraremos expor as respostas dos quatro entrevistados à pergunta número 11: “De acordo com sua vivência no sindicato, qual a concepção de educação escolar defendida por essa instituição?”. Dessa forma, procederemos a um diálogo com cada resposta, ressaltando os pontos principais.

A seguir, está a resposta de Gardênia Baima.

Eu acho que as concepções dizem muito da individualidade de cada um. E aí a gente tenta construir, claro, a partir do que se pensa, o que a maioria pode pensar. Então quando a gente vem da universidade, a gente vem com vários pensamentos. A gente vem tendo ouvido várias linhas ideológicas sobre a educação. Isso não é diferente dentro da escola e nem dentro do sindicato. Todo mundo tem uma concepção de fazer a educação, o seu fazer pedagógico a partir do que ele pode experimentar. Nós não temos, de fato, uma concepção pedagógica.

O que nós temos é a concepção da construção de uma educação libertadora que pode passar por Paulo Freire, que pode passar por outros pensadores da educação nacional. Então, assim, nós fazemos o debate.

Aqui no sindicato, o debate é livre. É livre e é diário, e é permitido, e a gente acha que é na adversidade que a gente cresce, e a gente se complementa. Mas, o sindicato enquanto tal, enquanto organização, ele não tem uma linha definida, ele tem várias linhas, ele tem a experiência de vários educadores e essas experiências vão se complementando e vão se construindo e vão se tornando o nosso caminhar.

Então eu acho que a vocação do sindicato é de fato essa construção ideológica, pedagógica, baseada em todas essas experiências, em tudo que se ouve, em tudo o que se traz das universidades, o que se traz da vida. Então, assim, a gente respeita muito as concepções e busca muito pela unidade na ação. Então, nós temos essa vertente, nós buscamos essa unidade na ação e eu acho que isso tem dado muito certo.

A entrevistada deixa claro que não há uma concepção específica que predomine nas ações do sindicato. O que existe é o acolhimento de variadas concepções, com o intuito de agregar valores ao debate. Gardênia ressalta que o pensamento de Paulo Freire sobre uma educação libertadora seria o ponto de partida para o debate e a orientação nas ações do sindicato em relação às questões educacionais. Ela ainda aponta que as diversas concepções de educação que emergem no debate são bem-vindas: “Então, eu acho que a vocação do sindicato é, de fato, essa construção ideológica e pedagógica, baseada em todas essas experiências, em tudo que se ouve, em tudo que se traz das universidades e da vida”.

A partir dessa fala, podemos inferir que não há, por parte da direção do Sindute, uma imposição acerca da concepção de educação. Entendemos que essa posição pode, em alguns momentos, representar uma liberdade para que se promova uma discussão sobre qual prática pedagógica seria a mais adequada. No entanto, se considerarmos a dinâmica social e econômica de desigualdade em que vivemos, não seria prejudicial ter uma concepção de educação definida que pudesse orientar as ações e decisões do Sindute em relação aos assuntos educacionais. Uma concepção de educação que promovesse ações sistematizadas e



direcionasse o trabalho do(a) professor(a) poderia ser benéfica. Assim, caberia ao sindicato divulgar, esclarecer e valorizar essa definição diante de sua base.

Na sequência, expomos a resposta de John Weyne:

É uma educação escolar que tenha como premissa a educação da classe trabalhadora. Então nós entendemos que o ato de educar é um ato de transformação, e é um ato de transformação que tem como premissa a classe trabalhadora como sendo a que recebe essa formação. Essa é a nossa concepção enquanto educação escolar. Nós, trabalhadores da educação, atuamos na transformação da classe trabalhadora. E a gente entende que a educação não é uma pauta emancipatória. Então por isso nós lutamos, provavelmente por condição de trabalho, mas também que o serviço público atenda às reais necessidades que os trabalhadores têm enquanto educação. Não é nem a educação para o trabalho, mas uma educação geral, formal, a educação verdadeiramente omnilateral como está em Gramsci, mas essa é a concepção que nós temos enquanto sindicato.

John Weyne afirma que a educação escolar precisa ter como premissa a educação da classe trabalhadora. Esse aspecto de sua resposta aponta para uma concepção de educação que segue os preceitos das teorias marxistas. Ele ressalta ainda que a educação deve promover uma transformação no aluno. Uma frase que nos chamou a atenção e que tangencia o escopo desta pesquisa é que a categoria dos trabalhadores em educação incide diretamente na formação da classe trabalhadora.

O entrevistado relata também que entende que a educação “não é uma pauta emancipatória” e, por isso, as lutas do Sindiute seguem na direção de pleitear melhores condições de trabalho. Ele se refere à concepção de educação omnilateral, que, segundo sua fala, é uma educação com o objetivo de proporcionar uma formação geral em detrimento de uma educação voltada exclusivamente para o trabalho. Sobre isso, entendemos que John faz referência ao ensino profissionalizante. Nota-se que a fala do entrevistado traz muitos pontos pertinentes e importantes para o debate educacional.

Para a presidente do Sindiute, Ana Cristina, a educação não é um assunto central na instituição, pois esta está voltada principalmente às questões dos direitos trabalhistas e à organização dos trabalhadores em educação. No entanto, ela apresenta uma visão de concepção de educação em um contexto mais amplo:

Então, assim, eu já acho que como a gente está tratando do Sindiute, quando a gente coloca educação, visão de educação... porque não é o papel do Sindiute, a educação. O papel do Sindiute é a organização da classe trabalhadora da educação. Então, assim, não diz muito sobre a educação, não. Agora, na nossa compreensão macro, não existe uma educação de qualidade, onde os trabalhadores não são valorizados. Então, assim, porque na ponta, na construção, os atores de educação em qualquer lugar no mundo, é o professor. Então, se esse professor não está satisfeito, não está com as suas questões materiais e orgânicas resolvidas, não vai ter uma educação de qualidade. Ele não é máquina. Então, assim, ele contribui à medida que lutando por

essa valorização dos trabalhadores, ele está contribuindo para a qualidade da educação. A educação precisa ser uma luta de todo mundo, ela não pode ser uma luta da universidade mas do usuário da educação pública. Então para defender uma escola pública de qualidade com justiça social, isso precisa ser luta, isso não precisa ser intenção, e o que o Sindiute contribui é ficar permanentemente em formação e permanentemente em luta. É isso que a gente pode fazer, uma luta pelo socialismo, pela divisão de renda.

Ana Cristina relaciona a boa qualidade da educação às boas condições de trabalho. Em outro trecho, a entrevistada indica, assim como Gardênia, que não há uma concepção definida, afirmando que essa questão deve ser colocada em assembleia para que haja contribuições diversas.

A concepção de educação é exatamente do Sindiute, não sou eu, são todos os princípios. A concepção, o Sindiute não tem concepção, o Sindiute é um coletivo de trabalhadores organizados. Então, a importância do Sindiute para a concepção de educação, isso é uma coisa assemblear, que é às vezes a minha, às vezes conhecida e às vezes não. Então, quando eu falo Sindiute, eu estou falando de 11 mil pessoas que são filiadas. Então, não é só a direção do Sindiute.

Ao responder a mesma pergunta, Antonimar afirma,

É uma educação que as pessoas possam vislumbrar todos os mundos. É você poder optar por um mundo que você quer viver. Por um mundo que você decide, e dentro desse mundo você saia liberto. Porque se você teve oportunidade de conviver com esses diversos tipos de mundo você deu oportunidade para os outros.

Pode-se observar que o discurso sobre acolher a diversidade existente entre os professores da base está bem presente nas falas de Gardênia e Ana Cristina. Já na fala de John, há uma indicação de consciência sobre a formação da classe trabalhadora. Por sua vez, Antonimar fala da promoção de uma educação que ofereça aos estudantes variadas visões de mundo, indicando que esses estudantes precisam ter a oportunidade de escolher seu caminho. De acordo com a colocação de Antonimar, pode-se cogitar a questão do dualismo pedagógico entre a educação acadêmica e a profissional<sup>20</sup>.

#### **4.6 Educação de qualidade e Sindiute a partir das entrevistas**

Abordaremos agora as respostas dadas às outras perguntas do questionário. Com base nelas, pretendemos trazer mais informações que respondem às demais indagações realizadas pela pesquisa. Para tanto, prosseguiremos expondo as respostas a cada pergunta

---

20 Saviani é autor de críticas importantes à vertente da educação profissional e tecnológica no Brasil. Para ele, uma educação adequada à classe trabalhadora deve priorizar a perspectiva omnilateral da aprendizagem, permitindo que o estudante se desenvolva de forma que a teoria e a prática sejam integradas no processo de ensino. Sua crítica reside no fato de que a educação profissional implementada no Brasil foi limitada a preparar um contingente de mão de obra para abastecer o mercado de trabalho, privando o estudante de adquirir uma consciência crítica sobre a realidade social na qual está inserido

apresentada de forma sequencial.

Segue a pergunta de número 7: “Na sua opinião, qual o papel dos sindicatos dos trabalhadores em educação na educação escolar pública?”

De acordo com a fala de Gardênia Baima, o Sindiute não tem uma concepção definida ou exclusiva de educação. Gardênia afirma:

A nossa luta, apesar de ser um sindicato municipal, é muito maior do que uma luta meramente de mesa de negociação. Nós fazemos parte de um movimento nacional que está concentrado na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que por sua vez é filiada à IEAL<sup>21</sup>, que é a Internacional da Educação latino-americana, que por sua vez é filiada à IE, que é a Internacional da Educação. Então nós temos uma ramificação, não só no Brasil, mas em todo o mundo, e temos a oportunidade de reunir, de ter colóquios, de ter seminários, de ter encontros com essas organizações. Então, a nossa experiência na discussão da educação e o papel do sindicato vem daí, vem dessa ideia da educação no mundo. Nós pontuamos muito as questões que extrapolam, assim, o debate corporativo, porque, por exemplo, nós estamos discutindo agora a inclusão, que é um debate muito interessante. Fazendo um diagnóstico do que é essa inclusão, de como está sendo essa inclusão de fato nas escolas municipais e chegando à conclusão de que matricular não é inclusão. Há de se ter um suporte para essa inclusão, porque senão ela vira segregação e puxamos o novelo desse debate e chegamos à conclusão de que não é possível discutir inclusão sem discutir financiamento.

Diante dessas afirmações, temos a oportunidade de perceber quais instituições ou organizações referenciam as atividades pertinentes às questões educacionais do Sindiute. A partir de sua fala: “A nossa luta [...] é muito maior do que uma luta meramente de mesa de negociação”, Gardênia aponta que há valores mantidos por instituições que estão acima do Sindiute e que não podem ser negociados. A entrevistada esclarece que as atividades referentes à educação seguem uma dinâmica que ocorre em âmbito mundial, indicando que o sindicato se alinha a diretrizes globais na sua atuação.

Notemos que, para afirmar uma ligação com a ideia de educação que está no “mundo”, Gardênia cita anteriormente algumas organizações, como a IEAL (Internacional da Educação para a América Latina) e a IE (Internacional da Educação). Esses órgãos estão no campo ideológico de uma política progressista e têm um papel significativo na orientação das atividades educacionais do Sindiute. A IE representa os trabalhadores em educação em âmbito mundial, enquanto a IEAL atua em nível regional, abrangendo a América Latina, reforçando a conexão do sindicato com lutas globais pela educação.

Diante disso, colocamos uma indagação no sentido de entender quais ideias de educação mundial são também assumidas pela IE e IEAL. Sabemos que muitas das ideias sobre educação em âmbito global são influenciadas por órgãos comprometidos com

---

<sup>21</sup> Internacional da Educação para a América Latina é movimento político no qual a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação ocupa o cargo de vice-presidência.

instituições ligadas às ideias do sistema capitalista. Como exemplo, podemos citar o Banco Mundial, a UNESCO e a OMC, que têm elaborado e implementado reformas educacionais em diversos países, buscando alinhar os objetivos da educação aos princípios do projeto neoliberal.

Para Lima (2006),

Estas reformas educacionais, elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais, são expressões das condicionalidades impostas no processo de ajuste estrutural aos países periféricos e têm como objetivos: (1) configurar um novo projeto de sociabilidade burguesa que naturalize o processo de mercantilização da totalidade da vida social e (2) viabilizar o movimento mais amplo do capital em crise em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa, a partir da perversa lógica de empresariamento da educação. (Lima, 2006, p. 54)

Para essa autora, a política desses órgãos internacionais

[...] cria uma aparência de enfrentamento da pobreza. Entretanto, esse enfrentamento não significa a superação, mas o “alívio da pobreza” com um caráter meramente instrumental e objetivando de fato, a legitimidade e a segurança que garantam a reprodução global do capital. (Lima, 2006, p. 153)

Nesse contexto, inserimos a fala de Gardênia, questionando se as ideias defendidas pela IE e IEAL, especialmente aquelas voltadas para a justiça social, podem ser influenciadas por órgãos internacionais ligados ao sistema capitalista. A partir da resposta, percebemos uma consciência de que certos obstáculos impedem a educação de promover uma justiça social efetiva.

Então, o nosso papel não é só discutir a inclusão na escola, a sala do AEE ou atividades escolares que possam receber esse aluno que antes estava fora da escola, mas o nosso papel como sindicato é discutir, inclusive e compreendendo isso, o debate facilita. Porquê que não há de fato a inclusão que nós queremos, onde vamos buscar essa possibilidade? A gente chega à conclusão de que é no financiamento.

Ela acrescenta que o papel do sindicato deve ir além de simplesmente apontar os problemas na educação. Como exemplo, Gardênia menciona a reforma administrativa que está prevista para votação no parlamento. A esse respeito, explica que as discussões promovidas pelo Sindiute ultrapassam o que está escrito no texto da reforma, ao questionar e problematizar quem realmente será beneficiado por essa reforma.

Então, o papel do sindicato é de fato compreender não só o diagnóstico, o que está acontecendo na escola, que ensino nós temos, como anda a escola, porque a escola não tem muitas vezes a verba para sustentar suas atividades pedagógicas. Para além disso, nós temos que entender o modelo de organização social onde nós estamos inseridos, por exemplo, agora estamos fazendo também uma discussão sobre a reforma administrativa, que é um marco, é a mudança no país das regras sobre o serviço público da sua existência ou não. Então nós estamos indo mais além do que o texto da reforma, estamos discutindo a quem interessa essa reforma, porque essa reforma, e chegamos à conclusão de que, na verdade, o que está se buscando, o parlamento, o congresso nacional, que é quem anima esse debate da reforma administrativa, é de fato a construção de um Estado mínimo, um Estado que não interessa a maioria, não interessa aos trabalhadores, não nos interessa, porque é um Estado que vai retirar, vai dissecar o serviço público e vai apontar para o caminho da iniciativa privada, portanto, a privatização do serviço público. Então, assim, o sindicato tem esses vários caminhos, essas veredas, por onde a gente caminha, por onde o debate caminha, para a gente chegar numa mesa de negociação, para a gente

chegar debatendo de fato o que está por trás de cada ação do governo, o que é o interesse de cada governo, porque o governo está interessado em fazer isso ou em fazer aquilo e o que é que interessa para a gente debater, o que é que interessa para a gente construir como resistência a uma política que nem sempre é a nossa, a que nós desejamos para a escola pública.

Ao concluir sua fala, a entrevistada destacou o papel do Sindiute no debate, ressaltando a importância de entender o que realmente está "por trás" das propostas do Governo. Ela afirma que "a [...] política (do governo) nem sempre é a nossa (Sindiute), a que desejamos para a escola pública." Além de mencionar o debate, Gardênia também enfatiza a necessidade de construir a resistência. Sua fala evidencia a função do sindicato: promover o debate e fortalecer a resistência contra qualquer ataque aos direitos de uma educação de qualidade.

A pergunta número 8, "Dentre as atividades exercidas pelo Sindiute, quais delas, na sua opinião, estão mais diretamente voltadas à educação escolar?", busca entender quais ações concretas o Sindiute tem realizado em benefício da educação escolar.

Eu acho que o sindicato tem uma grande responsabilidade que é o despertar das consciências dos seus filiados, portanto dos educadores. Então, eu acho que a partir do momento que você constrói o debate sobre quem você é como educador, qual a escola que você deseja, qual é o seu papel como educador, e o que é a escola de fato, qual a escola que nós queremos construir, a escola para a maioria dos trabalhadores, a escola com uma vertente social, eu acho que quando você traz esse debate e desperta a categoria para isso, quando a categoria descobre isso, ela se constitui como categoria. Até então, são professores da rede municipal, mas quando a gente toma consciência do papel da escola, do que é a escola, do que ela tem que se transformar, eu acho que a gente se transforma também junto com isso em categoria.

Para Gardênia, a principal contribuição do Sindiute para a educação escolar é o "despertar das consciências" dos professores sobre seu papel como educadores. Ela destaca a importância da definição da categoria de trabalhadores da educação, afirmando que essa categoria só adquire forma e conteúdo a partir da consciência de classe e da compreensão de qual tipo de educação interessa à classe trabalhadora. Com base em sua fala, pode-se concluir que, em sua opinião, as lutas do sindicato têm como base o universo da educação pública, que deve atender às demandas da classe trabalhadora.

E aí a gente compreendendo, pode se unificar, pode lutar, pode ganhar, a vitória pode vir, pode modificar os cenários. Então, eu acho que o principal papel do sindicato é esse papel de fato de trazer a consciência plena do que é ser um educador, do que é ser um filiado de um sindicato, e do que é ser um professor de fato, um professor progressista, um professor que consiga ver além dos muros da escola.

Em seguida, Gardênia detalha algumas pautas que considera importantes para o Sindiute, afirmando que acredita que o papel da escola deve ir além do ensino e da

aprendizagem tradicionais. Ela afirma: “para nós, a escola tem uma tonalidade mais ampla,” ressaltando que esse entendimento motiva as ações realizadas pelo Sindiute.

A partir daí, nós vamos para a questão corporativa, porque aí nós temos os problemas do dia a dia, a vida real. Assim, nós temos a questão da inclusão, nós temos o problema do preconceito da escola, nós temos a falta de material didático, nós temos a relação com as gestões que deveria ser uma relação mais próxima, por isso hoje nós levantamos a bandeira da eleição para a direção de escola [...] A nossa pauta de campanha salarial, a nossa pauta previdenciária, que um dos itens, por exemplo, é essa gestão democrática que a gente busca. A nossa pauta que amplia mais para outras vozes, por exemplo, a discussão do preconceito dentro da escola, a questão do racismo, a questão da LGBTfobia, enfim, a discussão sobre as mulheres, o feminicídio. [...] Então, para nós, a escola tem uma tonalidade mais ampla. E eu acho que é isso que faz o Sindiute ser esse sindicato que está [...] volta e meia nas ruas, volta e meia no debate, volta e meia no dia a dia da escola. E a categoria, esse pertencimento, eu acho que nós já conseguimos ampliar bastante, tanto é que nós reunimos, eu não conheço nenhum sindicato que tenha esse instrumento, nós reunimos 600 professores todo mês para fazer o debate sobre a escola, o debate sobre a conjuntura, sobre a situação do país, sobre o financiamento da educação. É uma experiência importante [...].

A pergunta 9 é “Quais ações do Sindiute apontam especificamente para mudanças no cenário da educação escolar pública em Fortaleza?”.

Gardênia esclarece que a atuação do Sindiute na melhoria da educação pública em Fortaleza tem trazido benefícios que não são observados em nenhuma outra rede pública de ensino. Ela afirma que esses benefícios resultam do trabalho realizado em colaboração com a categoria de professores e com a prefeitura.

É, nós tivemos recentemente um concurso que atraiu 30 mil professores do Brasil inteiro para disputar duas mil vagas em Fortaleza. E eu acho que isso é um fato. Nós temos uma carreira atraente, a partir da nossa luta, da nossa mobilização, por um plano de carreira justo. Então, de fato, nós temos uma carreira muito mais interessante do que a carreira da rede estadual. Nós temos algumas experiências em Fortaleza que eu acho que é fruto da nossa luta e da nossa firmeza numa mesa de negociação. Por exemplo, nós temos conquistas do Estatuto do Magistério do município que permanece e que não existem mais, por exemplo, na rede estadual de ensino e nem mais em outro canto do Brasil, como por exemplo a redução da carga horária de professores com 20 anos de serviço, a redução da carga horária de professores que têm filhos com deficiência.

Acho que a experiência, por exemplo, que não há em outra rede, eu não conheço particularmente, da qualificação dos nossos profissionais com bolsas de mestrado, de doutorado nas universidades com experiência inclusive de professor do município em outros países, recentemente, na Irlanda, na França, na Espanha, para observar a rede municipal em outros países. Eu não conheço isso em nenhuma outra rede. Isso foi uma proposta do sindicato, dos trabalhadores de educação, do Sindiute, à Prefeitura de Fortaleza, que acatou a partir da nossa luta, a partir da nossa campanha salarial, e que experiência exitosa para a nossa categoria.

Acho que o próprio desempenho do nosso debate com a prefeitura sobre o cumprimento do piso, sobre, por exemplo, o que também não tem, pelo menos aqui no Brasil, as pecúnias, a transformação das licenças-prêmios em pecúnias. [...] E eu acho que tudo isso só se move porque o Sindiute é este sindicato organizado, é um sindicato antenado com o que acontece no mundo da educação, e é um sindicato que tem a coragem de lutar, que ousa agrupar, que ousa debater, que ousa conquistar.

Então, eu acho que a nossa marca, inclusive é reconhecida por várias outras entidades, inclusive pela prefeitura que tem uma mesa de negociação específica com

a educação, eu acho que essa marca, assim, nós temos muito forte de conquista, de inovação e, eu acho que a categoria responde a isso, atendendo ao chamado do sindicato toda vez que é clamado, toda vez que nós chamamos, a categoria vem.

A pergunta 12 é: “Durante os anos de 2016 a 2022 a educação pública no Brasil passou por mudanças. Tivemos os cortes de investimentos (Emenda Constitucional de nº 95), instituição da BNCC, militarização de algumas escolas públicas, projetos de lei como o Escola Sem Partido e as mudanças no Ensino Médio. Quais ações ou pautas o Sindiute assumiu diante das transformações no período de 2016 a 2022?”.

Primeiro a gente lutou muito contra tudo isso. Nós fomos inclusive baluarte dessa resistência. A época da pandemia, por exemplo, nós fomos os únicos aqui no Sindiute a chegarmos virtualmente até o congresso nacional, porque nós tínhamos pela nossa organização o WhatsApp de todos os professores filiados. Então, nós tivemos a oportunidade, em plena pandemia de fazemos uma campanha contra todos esses desmontes que estavam acontecendo, inclusive, propositadamente, nessa época, em que se ia menos à rua. Então, nós tivemos a oportunidade de fazer essas campanhas que infelizmente foram insuficientes, porque dentro do Congresso Nacional, hoje, o Governo Federal, o Executivo ele não é majoritário no Congresso Nacional, ele é minoritário. Então, quem dá tônica no país é o Congresso Nacional, não é o Executivo. O Executivo é um pouco refém, pelo menos na minha opinião, desse Congresso Nacional. Então, tudo isso que aconteceu, aconteceu porque há uma representação no Congresso Nacional que tende a levantar essas bandeiras. Aqueles que lutam no país pela privatização, os que entendem o Estado como Estado mínimo, estão em sua maioria representados no Congresso Nacional. Então eles avançam nas suas pautas. Infelizmente, há por parte do governo federal uma certa, posição de: eu nada posso fazer.

Em seguida, fez-se a pergunta: Tem alguma força que possa dar uma contrapartida para o Congresso?

Só os trabalhadores nas ruas. É por isso que nós agora fazemos um esforço para que essa questão, por exemplo, da reforma administrativa, não seja uma questão só dos servidores públicos, porque não é. É uma questão dos usuários sobretudo, da sociedade, daquele que usa o serviço público, seja a saúde, seja a educação, outros seguimentos. Então, assim, só há uma forma de barrar, é a rua. Por isso que nós estamos preparando marchas, por isso que nós estamos preparando Dias Nacionais de Paralisação.

Entendemos que, na opinião da entrevistada, existe uma consciência de que o atual Governo Federal enfrenta muitas dificuldades para cumprir suas promessas de campanha, principalmente por não ter maioria no Congresso Nacional. No entanto, ela acredita que há uma força alternativa que pode equilibrar as forças e até superar as medidas do Congresso: os trabalhadores nas ruas. Assim, sua fala reflete a perspectiva de alguém que vem da classe trabalhadora e que está à frente da organização de uma parcela desses trabalhadores.

[...] Então assim, é claro, nos irmanamos com todos aqueles que fazem o debate, por



exemplo, para revogar a reforma do ensino médio, que nós não temos aqui no município. Mas, companheiros da nossa confederação nacional organizam esse debate nacionalmente, e nós contribuimos com esse debate, com essas ações também, porque achamos que de fato isso diz respeito ao conceito mesmo que o Congresso tem de educação pública. E que nós lamentamos.

Estamos querendo de fato esse reforço dessa luta agora. Porque se a gente, por exemplo, impede a reforma administrativa de se tornar um fato, é mais fácil a gente ter a esperança de revogar o que já foi, o que já passou, o que já se tornou lei, legislação, mudança constitucional. Então, o que se construiu de 1988 para cá, agora é regressão, é escada abaixo.

Então é um momento muito difícil, muito peculiar para os trabalhadores do Brasil. Há também uma grande discussão sobre a nova concepção de trabalhador, relações trabalhistas, a uberização. É uma discussão interessante que a gente faz e, que tem que estar nesse caldeirão para a gente entender porque a reforma administrativa, que aliás é xeque-mate essa reforma administrativa, é um xeque-mate na estruturação do Estado, da nação.

Então, assim, é um momento rico para fazer esse debate, mas tenebroso no que diz respeito à possibilidade de concretização de uma reforma como essa, por exemplo, como se concretizaram essas outras ações que você citou. Então, infelizmente, o governo Lula é um pouco refém dessa política. E oxalá nos livre dessa reforma administrativa vir pelas mãos do governo federal! Que é também o jogo das peças nesse tabuleiro. Então, há um tabuleiro, há um jogo e o Congresso tem experimentado o xeque-mate. [...] É o xeque-mate em defesa da governabilidade. Isso é preocupante porque há sempre a nova chantagem sobre alguma coisa para estar na pauta do Congresso. Então, só tem essa saída. É o povo na rua e a desconstrução dessa política. Só tem essa saída.

Sobre a pergunta, “Na sua opinião, qual o papel dos sindicatos dos trabalhadores em educação na educação escolar pública?”, John Wayne responde:

Pois é, eu considero o Sindiute um local muito bom de militar [...] porque ele tem a premissa que muitos sindicatos se afastaram, mas a premissa de ouvir a base, de ter essa comunicação com a base, de ter essa mobilização e tendo o princípio da democracia sindical para atuar. Então, assim, em relação às políticas públicas, eu acho que o Sindiute é o mais atuante que eu conheço no Brasil.

Viajei a Brasília, participei da CONAE, participei de algumas formações em Brasília, mas a nível de luta, militância mesmo, o Sindiute é muito ativo, tanto que, como é exemplo, quando houve a discussão do novo Fundeb que era de 10% e houve toda uma luta para que fosse ampliada para 23%, essa aprovação teve um papel muito grande do Sindiute.

Na época, nesse contexto, só para dar um exemplo, foi dada a tarefa para a gente mobilizar pela internet [...] A gente não podia ir pra rua por conta do isolamento, então a gente com o celular, tendo os contatos de todos os deputados que a gente conseguiu, a gente foi lutando para que fosse aprovado na integralidade o Fundeb com o aumento do orçamento. Então, assim, isso mostra o papel que o sindicato teve.

Agora a gente está tendo, por exemplo, uma luta local, que também é nacional, para a educação inclusiva, para educação especial, para os alunos com deficiência (PCD's). Então assim, é o Sindiute que está organizando uma audiência pública em Brasília para trazer mais orçamento para a escola pública para esse tipo de política. [...] Porque o Fundeb é uma luta nacional. Para se ter uma ideia, na época, o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ele ligou para a Ana Cristina para pedir para os professores pararem de mandar mensagem porque havia deputados que estavam recebendo 8 mil mensagens, todos com 85 (DDD), ou seja, do Ceará, para pressionar essa aprovação.

E agora a gente está vivendo um momento difícil que é a pressão do Artur Lira para votar a reforma administrativa. Eu não vejo movimentação de outro sindicato até agora. O Sindiute, ele está já desde o começo do ano fazendo diversas formações

para todas as categorias, para todos os grupos de magistério para barrar essa reforma administrativa. Essa é a luta que a gente faz em termos de políticas públicas. No caso da reforma administrativa, vai ser o fim do serviço público da educação, que tende a precarizar a educação e entregar para a iniciativa privada, para as fundações que eu critico tanto. Estamos muito interessados nessa reforma.

John menciona algumas atividades realizadas pelo Sindiute que trouxeram muitos benefícios para a categoria de professores, não apenas em Fortaleza, mas em todo o Brasil. Ele se refere a questões mais amplas que, segundo sua perspectiva, indicam também uma melhoria na educação pública.

À pergunta de número 8, “Dentre as atividades exercidas pelo Sindiute, quais delas, na sua opinião estão mais diretamente voltadas à educação escolar?”, John Wayne respondeu:

Acho que atualmente é mais urgente, nós colocarmos na companhia salarial a climatização das escolas, isso foi uma pauta que foi construída no final do ano passado e faz parte da campanha salarial desse ano. O aumento de monitores, por exemplo, da educação especial, porque eram 700, a gente brigou para que seja 1.200, ainda é pouco, pelo universo de alunos com necessidades, então a gente luta por isso. Criação de uma audiência pública [...] a questão também que em Fortaleza não tinha, se tinha era apenas um assistente de educação especial, que é o coordenador que fica na escola. Só tinha um por distrito, a gente conseguiu ampliar para ser em todas as escolas. São 602 coordenadores de A.E.E<sup>22</sup>. Isso é só um aspecto, a questão da estrutura escolar, a briga que a gente está tendo, inclusive a gente descobriu que é uma briga até contra a Enel. A Enel foi privatizada [...] A Enel ganhou bilhões e não entregou nenhuma infraestrutura que permita a climatização [...] Então, a gente conseguiu uma vitória que foi a criação de uma subestação de energia solar [...] para que consiga dar margem para esse projeto que é urgente.

É possível notar que, entre as atividades do Sindiute, estão incluídas a resolução de problemas específicos relacionados ao funcionamento da escola e ao processo de aprendizagem, ou seja, à função do(a) professor(a).

Em resposta à pergunta número 9, “Quais ações do Sindiute apontam especificamente para as mudanças no cenário da educação escolar pública?”, o entrevistado destaca a importância da atuação do Sindiute no contexto da educação pública.

Então, hoje a educação é um campo de disputa. Então, o Sindiute, vou dar um exemplo local, é um sindicato que tá pautando políticas nacionais em locais, obviamente municipais, mas existe um *lobby* muito grande de empresários que disputam esse orçamento público. Então assim, de certa forma, a luta sindical, ela é uma luta mais deflagrada hoje em dia, ela é uma luta contra o capital. Porque, imagina só, o Sindiute, você está vendo aqui a estrutura do sindicato, as limitações que nós temos e, a gente tem que disputar, por exemplo, as escolas com a Fundação Lemann. Então, imagina o trabalho que os sindicatos têm a nível nacional. O Sindiute, eu considero um dos sindicatos mais fortes no Brasil. A gente consegue mobilizar de forma muito grande a categoria, a categoria acredita no projeto. Esse

sindicato tem uma história que se inicia com Rosa da Fonseca, depois a própria Gardênia Baimam, hoje tem a Ana Cristina. Então, assim, a gente tem uma tradição de luta que foi mantida e isso dá resultados muito bons a nível de políticas educacionais. Nossa campanha salarial é uma campanha que não se limita no ganho financeiro do professor, ela é ampla, pois pede concurso público. A gente tem um problema muito sério de concursos públicos no Brasil, houve uma redução enorme de concursos. Então assim, o concurso público é uma pauta educacional. Quando você tem um município, um estado que tem mais professores temporais... tem relação de trabalho mais precarizada, isso vai impactar diretamente o ensino e aprendizado. Se você tem uma carreira que permita que o professor estude, que permita que o professor ganhe como mestre e doutor, antes de acabar o probatório, isso vai refletir diretamente nos resultados do aprendizado. Tanto que alguns professores falam muito da questão dos resultados que o Ceará obtém, mas a gente tem que lembrar que quem produz os resultados são os professores. É o trabalho dos professores que faz com que reflita esses resultados positivos e a gente vai fazendo essa luta. A gente fez, por exemplo, uma luta contra a privatização da educação infantil que está caminhando para que o Ceará fosse igual a São Paulo, que hoje em dia quem oferta a educação infantil, se não me engano, a educação infantil e o ensino fundamental anos iniciais estão sendo as fundações, os institutos, em especial os institutos são grandes. Então a gente faz essa luta. Nós fomos contra a reforma do Ensino Médio. [...] a gente tem o entendimento de que a reforma do Ensino Médio não é uma reforma para a classe trabalhadora, é uma reforma para o grande capital que é fazer com que a educação pública, cada vez mais se aproxime da educação privada.

À pergunta de número 12, “Durante os anos de 2016 a 2022 a educação pública no Brasil passou por mudanças. Tivemos os cortes de investimentos (Emenda Constitucional de nº 95), instituição da BNCC, militarização de algumas escolas públicas, projetos de lei como o Escola Sem Partido e as mudanças no Ensino Médio. Quais ações ou pautas o Sindiute assumiu diante das transformações no período de 2016 a 2022?”, Wayne responde:

Assim, pelo Sindiute, todas essas questões, tem primeiro, o que a gente considera de vital importância, é a representação local. Toda escola tem um representante e, esse representante faz as formações mensais, isso é uma concessão ainda do atual prefeito, mas a gente já está preocupado com a conjuntura das eleições municipais de uma possível vitória de um candidato que tem todos os traços fascistas. [...] Eu acho que o mais importante do sindicato é a formação dos representantes para que essas pessoas vão à escola e façam esse debate. [...] Além disso, o Sindiute sempre realiza paralisações nacionais e algumas locais, para que nesse processo de paralisação tenha um processo pedagógico de formação de consciência e, lutar contra essas medidas que entendemos que são medidas neoliberais, são medidas que vem com uma conjuntura de golpe de estado, que tinha como objetivo transformar o neoliberalismo como uma política de Estado. Então a luta que nós temos atual é reverter essa situação de Estado mínimo, porque é isso que se desenha para o Brasil, é isso que o parlamento quer. E no caso a gente tem o entendimento de que a eleição do Lula foi uma eleição importante contra o fascismo, mas ela não se encerrou nela. O fascismo ainda é um movimento fortíssimo na América Latina e o Brasil tem papel de destaque nessa geopolítica. Essa luta de classe foi elevada à geopolítica. E a gente sabe as limitações do governo Lula. E a gente faz essa luta de base, essa luta na rua, contra todas essas medidas que a gente pode resumir muito cegamente de privatização da educação pública que tanto a Base Nacional Comum Curricular, como a reforma do Ensino Médio, o mote dela é tirar o Estado da educação e entregar para a iniciativa privada. [...] a gente sabe que se a educação pública for privatizada vai gerar uma precarização enorme para a classe trabalhadora em relação ao ensino. Nós lutamos pela educação integral, verdadeiramente integral. Nós lutamos por melhores condições de trabalho, nós lutamos por melhores salários, nós

lutamos contra a BNCC, que ela foi feita em uma conjuntura de golpe de Estado, não teve participação popular. A gente luta contra a reforma de ensino médio [...] contra o Escola sem partido, que foi uma luta muito grande, até de conscientização dos representantes para mostrar o nosso projeto [...] somos contra veementemente, o *homeschooling*. Sempre nas formações, é por isso que sempre saliento essas formações [...] nós temos 602 intelectuais orgânicos do sindicato, pessoas formadas [...]. Para que essas pessoas formem os representantes e isso vá para, politicamente, para as escolas, para a base, para que a base ganhe armas críticas contra esses projetos de educação neoliberal.

À pergunta de número 7, “Na sua opinião, qual o papel dos sindicatos dos trabalhadores em educação na educação escolar pública?”, Ana Cristina responde:

É justiça social, um sindicato que não tem com o seu fim uma sociedade mais justa e igualitária não serve a classe trabalhadora, mas eu não vou achar que o sindicato dos trabalhadores da educação de fortaleza vai mudar o mundo, certo? Mas ele pode contribuir. [...] A gente trabalha para o filho da classe trabalhadora. Para a gente ter a revolução, não vai ser só nós, a decisão vem da população. E se a população não tem condição de ouvir, de compreender, porque não tem nem a compreensão textual, ela não vai compreender a realidade.

À pergunta de número 8, “Dentre as atividades exercidas pelo Sindiute, quais delas, na sua opinião estão mais diretamente voltadas à educação escolar?”, Antonimar responde:

Então, o Sindiute esteve na pauta de todos os movimentos de melhoria da Qualidade da Educação Pública, por exemplo, se a gente for fazer um traço das conquistas, que nós temos enquanto conquistas, o Sindiute esteve na campanha, esteve na luta, ou pelo menos esteve ouvido, entendeu? Uma coisa é que a escola seja ouvida, mas a gente não participa enquanto escola nesse movimento de escuta. Então, tudo que nós temos hoje, se nós temos hoje uma merenda escolar mais adequada aos costumes da sociedade, no cardápio, mais adequado a esses costumes da sociedade, é porque nós fizemos luta para isso, se nós temos hoje uma escola onde o professor é o mais bem remunerado do Brasil, é porque nós fizemos luta para isso.

À pergunta de número 12, “Durante os anos de 2016 a 2022 a educação pública no Brasil passou por mudanças. Tivemos os cortes de investimentos (Emenda Constitucional de nº 95), instituição da BNCC, militarização de algumas escolas públicas, projetos de lei como o Escola Sem Partido e as mudanças no Ensino Médio. Quais ações ou pautas o Sindiute assumiu diante das transformações no período de 2016 a 2022?”, Antonimar afirma que o:

Sindiute esteve nessa pauta sempre, inclusive para formar a vigília do presidente Lula. Nós acreditávamos que o presidente Lula sofreu as consequências do golpe de 2016. Então nós enfrentamos todos esses ataques, os professores foram ameaçados com a pauta do Homeschooling, a toda hora. E aí a gente enfrenta tudo isso, todo esse ataque, poucos professores não foram atacados. Ainda hoje a gente tem reflexo desses ataques, não acabaram. Então, nesse momento, a gente não abandonou o momento de luta, continuamos com a luta, nesses últimos quatro anos do governo Bolsonaro. Foi um ano muito difícil para a gente, e hoje nós ainda estamos, sofrendo

as consequências de todo esse passado político, social, econômico [...].

## 5 CONCLUSÃO

As considerações finais deste estudo ressaltam a relevância das questões discutidas ao longo da pesquisa. As informações obtidas corroboram o objetivo central de analisar a concepção de educação definida pela equipe gestora do Sindiute, demonstrando que uma educação de qualidade para a classe trabalhadora ainda não está consolidada, sendo, portanto, necessária a luta política com os recursos disponíveis.

De acordo com nossas apurações, com base nos documentos, nas entrevistas e nas ações realizadas pelo Sindiute, a concepção de educação predominante aproxima-se da ideia de educação de Paulo Freire. Foi possível constatar que valores como educação democrática, igualitária e que promova a transformação da consciência dos estudantes foram mencionados pelos entrevistados e estão contemplados nos documentos analisados.

Além disso, a análise realizada aponta para a importância da organização dos trabalhadores em educação não apenas para reivindicar direitos trabalhistas, mas também para contribuir com a transformação e a melhoria da educação pública. Este trabalho, portanto, traz contribuições tanto para a área educacional quanto para as políticas públicas. Esperamos que novas perspectivas para investigações futuras sejam abertas, abordando a participação dos sindicatos de trabalhadores em educação na construção de políticas públicas para a educação.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou a identificação da concepção de educação e de sociedade compreendidas pela gestão do Sindiute. Nesses termos, foi possível perceber quais valores sociais são mais importantes para o Sindiute. A partir da fala de Gardênia Baima, podemos inferir que, de forma inicial, o Sindiute adota uma política voltada a abranger variadas concepções de sociedade, fundamentada no princípio democrático. Assim, as ações do sindicato são estruturadas conforme certas circunstâncias e determinados interesses. A dinâmica é marcada por momentos em que as ações podem ser paralisadas ao encontrar certos limites, enquanto em outros momentos prevalecerá a força da mobilização dos trabalhadores.

A metodologia empregada, baseada na abordagem bibliográfica e documental, bem como na análise teórica marxista sobre as determinações sócio-históricas, mostrou-se adequada para alcançar os objetivos estabelecidos e proporcionou uma compreensão mais profunda acerca da concepção de educação do Sindiute e de como essa instituição pode atuar em direção a uma educação pública de qualidade.

Além disso, os dados coletados e analisados revelaram que, apesar dos documentos norteadores da instituição e da posição da direção do sindicato em relação às

concepções de educação e sociedade apontarem para uma perspectiva democrática, de igualdade e valorização da classe trabalhadora, isso não garante que toda a base assuma a mesma concepção.

Dessa forma, com a intenção de manter a categoria organizada, a direção do Sindiute opta por não excluir outras ideologias diferentes da sua. Essa decisão de acolher diferentes ideologias pode ser vista como um movimento estratégico para preservar a organização da categoria. Contudo, não se pode afirmar que as concepções da direção sejam unânimes.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. Entre elas, destaca-se a necessidade de analisar a concepção de educação de uma parcela maior da base do Sindiute, o que pode ter resultado em uma análise limitada do problema abordado. Reconhecendo essas limitações, sugere-se que futuras pesquisas considerem um número maior de entrevistados, o que poderá proporcionar uma visão mais abrangente e detalhada do tema.

Este trabalho não apenas alcançou os objetivos propostos, mas também abriu novas questões e caminhos para investigações futuras. A partir dos resultados obtidos, é possível afirmar que a educação pública pode se beneficiar das contribuições do movimento sindical, garantindo à classe trabalhadora uma educação voltada para a conscientização crítica da sociedade. Espera-se que este estudo inspire novas pesquisas e contribua para o avanço do conhecimento na área da educação. O contínuo desenvolvimento e aprofundamento das questões aqui abordadas são essenciais para a construção de um entendimento mais robusto e abrangente sobre o tema do estudo, promovendo, assim, um impacto positivo tanto na teoria quanto na prática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danusa Mendes. O PAPEL DA APEOC/SINDICATO E DO SINDIUTE NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS CEARENSES. **Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação**, [S.l.], 23 abr. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da condição de classe: trabalho e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOITO JR., Armando. **Sindicalismo e política no Brasil**. Campinas, Edição do IFCH – Unicamp, 2006.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo na Política Brasileira**. Campinas: [s. n.], 2005.

BOITO JR., Armando. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

BOSCHETTI, Luís Paulo Zanolla. **A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE TECNOLOGIA DA UTFPR**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, [S. l.], 2014.

BRAGA, Lucelma Silva. **A LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 maio 2024.

CALIXTO, Francisco José Silva. **MEMÓRIA E NARRATIVA: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA (1986 – 1988)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, [S. l.], 2002.

DELORS, J. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2006.



FOTALEZA - CE. Melo Junior. **Alteração ao Estatuto Social da União dos Trabalhadores em Educação do Ceará UTE**. Registro em: 19 out. 2015.

FRANÇA, Nairla Maira de Souza. **OS EFEITOS INDESEJADOS DA EDUCAÇÃO SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: OS MECANISMOS DE FRAUDES DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA**. [S. L.: s. n.], 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. ELIMINAÇÃO ADIADA: O OCASO DAS CLASSES POPULARES NO INTERIOR DA ESCOLA E A OCULTAÇÃO DA (MÁ) QUALIDADE DO ENSINO. **Educação e Sociedade**, [S. l.], p. 967, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 8. ed. [S. l.: s. n.], 2017. v. 3.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais do capital e reforma da educação superior na periferia do capitalismo. **Cadernos de Educação | FaE/UFPel | Pelotas**, [S. l.], p. 153, 1 dez. 2006.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Editora Boitempo, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NETTO, Jose Paulo. **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MÉTODO DE MARX**. [S. l.: s. n.], 2011.

PAULA, Maria Valdecir Abreu de. **CRISE, RESISTÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ: Libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (O caso do Sindiute)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, [S. l.], 2010.

PEREIRA, Cacau. **DA CPB À CNTE - História da Organização Político-sindical dos trabalhadores em Educação no Brasil (1983 a 1991)**. [S. l.]: Usina Editorial, 2021.

PINHEIRO, Sérgio. 1994. **Sociedade civil: a mágica e a sedução do conceito**. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, Dermeval. A Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela RBEP, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 150, maio-ago. 1984.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. [S. l.: s. n.], 2008.

SAVIANI, Dermeval. (2008). **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados.

SINDIUTE. **Congresso do Sindiute** – Juntos pela Educação Pública, pela Democracia e pelo Brasil – Sindiute Independente Democrático e de Luta. Brasília, 2022. Disponível em: congresso\_sindiute\_2022\_resolucoes\_independente\_miolo\_final.pdf. Acesso em: 16 mai. 2024.

SINDIUTE. **Congresso Municipal do Sindiute**. Resoluções e Articulação. Fortaleza, 2022.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. Estado e Sociedade Civil no pensamento de Marx. **Serv. Soc. Soc.**, [S. l.], p. 25-39, 1 mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hcLb4Mcm4Wm8sQScF5jHmTx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS INTEGRANTES DO SINDIUTE**

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS INTEGRANTES DO SINDIUTE**

**Prof.<sup>a</sup> GARDÊNIA BAIMAM, Prof. JOHN WEYNE e Prof.<sup>a</sup> ANA CRISTINA GUILHERME**

|                               |
|-------------------------------|
| <b>Dados de Identificação</b> |
|-------------------------------|

Entrevistado(a):

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Data de Nasc.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Local de nascimento: \_\_\_\_\_
3. Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Local da entrevista: \_\_\_\_\_
4. Formação acadêmica:
5. Cargo ocupado:

|                             |
|-----------------------------|
| <b>Questões da Pesquisa</b> |
|-----------------------------|

6. Você poderia falar sobre sua trajetória no Sindiute?
7. Na sua opinião, qual o papel dos sindicatos dos trabalhadores em educação na educação escolar pública?
8. Dentre as atividades exercidas pelo Sindiute, quais delas, na sua opinião estão mais diretamente voltadas à educação escolar?
9. Quais ações do Sindiute apontam especificamente para mudanças no cenário da educação escolar pública em Fortaleza?
10. De acordo com a sua vivência no sindicato, qual a concepção de sociedade defendida por essa instituição?
11. De acordo com a sua vivência no sindicato, qual a concepção de educação escolar defendida por essa instituição?
12. Durante os anos de 2016 a 2022 a educação pública no Brasil passou por mudanças. Tivemos os cortes de investimentos (EC 95), instituição da BNCC, militarização de algumas escolas públicas, projetos de lei do Escola sem partido e as mudanças no Ensino Médio. Quais ações ou pautas o Sindiute assumiu diante das mudanças no

período de 2016 a 2022?